

# Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 26

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal lança dois novos programas ..... 4

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita lança medidas para evitar litígios ..... 6

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Novos canais de atendimento ajudarão os contribuintes ..... 7

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES  
SEGURIDADE SOCIAL

Brasileiros levam briga por benefícios à Justiça ..... 8

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Auditoria do INSS aponta R\$ 45 milhões em descontos indevidos nas aposentadorias ..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma reforma feita às pressas ..... 12

A GAZETA - MT - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Custo Brasil: honrar tributos ..... 14

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Críticas ao cashback ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

DF deve arrecadar R\$ 2,6 bi a mais com a reforma tributária ..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Izalci critica discussão apressada sobre reforma tributária ..... 18

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Hora da verdade para as bets, Brasil mais perto do grau de investimento e o que importa no mercado ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Moody's eleva rating do Brasil ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA  
ECONOMIA

Moody's eleva nota e Brasil fica mais próximo do grau de investimento ..... 24

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Moody s: entenda por que a agência decidiu elevar a nota de crédito do Brasil ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil assume Brics em 2025 com agenda mais ampla que a do G20 ..... 29

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - BAHIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fazenda divulga lista de casas de apostas liberadas ..... 32

O LIBERAL - BELÉM - PA - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bets e lavagem de dinheiro ..... 33

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Com incerteza fiscal, decisão surpreende especialistas ..... 34

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

"Só um ajuste fiscal mais crível retomará grau de investimento" ..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Melhora é esforço de vários governos ..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Juro depende de esforço fiscal, afirma Campos Neto ..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Em revisão, governo libera mais recursos para o PAC ..... 39

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Melhora na nota de crédito ..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Crise no Oriente Médio abala mercados ..... 43

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Moody's deixa nota do Brasil a um passo do grau de investimento ..... 45

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

País perto do selo de bom pagador ..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Campos Neto adverte para risco com juro baixo artificial ..... 49

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

"Próximo passo depende de questões fiscais" ..... 50

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
ECONOMIA

Campos Neto defende choque fiscal para manter juros baixos ..... 51

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA  
ECONOMIA

Os impactos do conflito na economia global ..... 52

---

Quarta-Feira, 2 de Outubro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo tem 32 políticas de apoio a novos negócios, mas fala pouco com setor..... 53

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SAQUE ANIVERSÁRIO

FGTS: entenda se vale usar o fundo para quitar dívidas, e saiba riscos e cuidados para o  
trabalhador  
..... 55

# Receita Federal lança dois novos programas

*Estevão Taiar De Brasília (Colaboraram Gabriela Pereira, de Brasília, e Laura Ignacio, de São Paulo).*

Com o projeto de lei do "devedor contumaz" parado no Congresso Nacional, a **Receita Federal** anunciou ontem a criação de dois programas para prevenir e resolver litígios tributários, com foco na promoção da consensualidade e melhoria do ambiente de negócios. O PL nº 15, de 2024, pretende combater o contribuinte que deixa de pagar imposto de forma recorrente concedendo benefícios para quem participar de programas de conformidade nas áreas tributária e **aduaneira**.

O Receita Soluciona, um dos novos programas, funcionará como uma espécie de canal direto de contato entre o Ministério da Fazenda e entidades de classe como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Já o Receita de Consenso objetiva facilitar a vida do contribuinte que participa de programas de conformidade do governo federal.

Por meio do Receita Soluciona, confederações nacionais representativas de categorias econômicas, centrais sindicais e entidades de classe de âmbito nacional poderão transmitir ao governo federal, por meio de um requerimento específico no portal da Receita na internet, suas principais dúvidas a respeito de questões tributárias e aduaneiras.

"Estamos abrindo esse canal para que essas entidades tenham um canal vip de interlocução com a Receita, a fim de darmos prioridades às dúvidas concentradas por esses órgãos", disse o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, em entrevista coletiva realizada para detalhar os programas, que terão início no próximo dia 31.

O programa não abrangerá: matérias para as quais haja trâmite processual específico; arguição de constitucionalidade de lei ou tratado; solicitação de informações que podem ser obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação; atendimento e andamento processual relativos a contribuintes específicos; e denúncias.

Já o Receita de Consenso será voltado aos contribuintes com classificação máxima em programas de conformidade do Ministério da Fazenda, como o Programa de Conformidade Cooperativa Fiscal (Confia) e o Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA). O objetivo é evitar,

mediante negociação e acordo, que conflitos sobre a qualificação de fatos tributários ou aduaneiros se tornem litigiosos.

Para a aplicação desse programa, será criado o Centro de Prevenção e Solução de Conflitos Tributários e Aduaneiros (Cecat), que terá aproximadamente 200 auditores e 300 analistas. Não entram no programa demandas relacionadas a sonegação, fraude, conluio, crimes contra a ordem tributária, de descaminho ou contrabando, ou infrações puníveis com perdimento.

Barreirinhas destacou que a ideia é que ambos tragam uma solução "ágil e rápida" para os contribuintes. No Receita de Consenso, o prazo para a conclusão do procedimento é de 90 dias, prorrogável por outros 90. No Receita Soluciona, o Ministério da Fazenda precisará se pronunciar em 90 dias, contados a partir do recebimento do requerimento. As demandas serão redirecionadas entre as áreas da Receita em até 5 dias, também a contar do recebimento.

O secretário da Receita ainda disse que os programas não são "uma medida arrecadatória", embora acabem "tendo efeito arrecadatório" no longo prazo. O órgão não apresentou estimativa de arrecadação ou projeção de número de contribuintes participantes.

As duas iniciativas foram celebradas por advogados especialistas. Para a tributarista Andréa Mascitto, sócia do Pinheiro Neto Advogados, poderão ser evitadas discussões na esfera administrativa ou judicialização. "O programa Receita de Consenso ainda demonstra um maior alinhamento com a política dos demais órgãos do Ministério da Fazenda, PGFN e AGU, e modelos internacionais, como o da Alemanha", afirma. "Também haverá a prevenção diante das potenciais condenações em sucumbência [pagamento dos honorários advocatícios e despesas processuais da parte vencedora], que hoje adotam patamares objetivos relevantes." Já para Marcelo Bolognese, sócio do escritório Bolognese Advogados, chamou mais a atenção o programa Receita Soluciona, "que parece disciplinar uma espécie de consultão". Segundo o tributarista, o grande problema da consulta tradicional ao Fisco para o contribuinte tentar tirar alguma dúvida é o prazo de seis meses a um ano para receber uma resposta. "No Receita Soluciona, o prazo é de até 90 dias para uma solução", diz.

Contudo, o advogado aponta um risco. "Quando a consulta por meio do programa for feita por entidade

de classe, automaticamente, vincula todos os seus associados", afirma. "Assim, a medida tem que ser usada com parcimônia sob pena de a resposta virem desacordo com o que se imaginava e não caberá recurso." O advogado explica que só se houver outra resposta sobre o mesmo assunto em sentido contrário, será possível pedir uma reavaliação.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188001>

# Receita lança medidas para evitar litígios

Brasília - O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, anunciou ontem novas medidas para evitar ou solucionar litígios tributários no País. A ideia é viabilizar a construção de consensos e soluções, ao ampliar possibilidades e ferramentas de diálogos diretos entre contribuintes e Receita.

Foram publicadas duas portarias no Diário Oficial da União de ontem. Uma institui o programa Receita de Consenso, e a outra, o Receita Solucionna.

"Essas duas portarias dão um passo muito importante no caminho da **Receita Federal** para tornar-se uma **Receita Federal** orientadora que soluciona os problemas dos contribuintes; que é parceira dos contribuintes brasileiros, no desenvolvimento do País", justificou Barreirinhas ao lembrar que, desde o ano passado, nenhuma operação de fiscalização foi deflagrada pela Receita.

Segundo o secretário, os esforços da Receita têm sido muito mais no sentido de orientar os contribuintes a solucionarem seus problemas, do que no sentido de puni-los. "O que tivemos foram grandes operações de orientação e de autorregulação, de forma a trazer o contribuinte para a conformidade, no sentido de evitar litígios e solucionarmos duvidas e pendências", acrescentou.

Para tanto foram abertos canais de interlocução com confederações representativas de categorias econômicas, centrais sindicais e entidades de classe de âmbito nacional.

O Receita de Consenso é, segundo o secretário, "algo revolucionário" ao criar algo similar a um ombudsman, para defender o contribuinte, na busca por soluções.

"O contribuinte que esteja sob alguma fiscalização e tem alguma dúvida precisa de canais de diálogo que construam consensos. Ali, ele terá um órgão dentro da própria **Receita Federal**, mas distinto do órgão de fiscalização. Poderá fazer uma ponderação em relação ao debate do contribuinte com o órgão de fiscalização, por exemplo", explicou.

Barreirinhas afirmou que esse procedimento será feito de forma voluntária, e que nenhum contribuinte será punido caso não queira participar dele. "É apenas uma abertura, para que o contribuinte tenha a quem acessar, que não seja eventualmente o fiscal", ressaltou.

Interlocução - Já o Receita Solucionna será um canal de interlocução para que as entidades "sejam cada vez mais parceiras da **Receita Federal**", ajudando a evitar o surgimento de litígios.

"Temos um volume muito grande de consultas que são feitas individualmente pelos contribuintes. Elas são e serão respondidas com todo o critério, expertise e excelência da **Receita Federal**. Se nós queremos aprimorar esse relacionamento com os contribuintes, precisamos agilizar isso, e o caminho que nós estamos buscando para agilizar isso é nos valermos dessas entidades parceira", disse o secretário ao se referir a confederações, sindicatos e entidades de classe de âmbito nacional.

Segundo Barreirinhas, essas entidades farão uma filtragem, de forma a funcionar como um primeiro diálogo com os associados.

A partir daí, eles selecionam as dúvidas que mereçam atendimento prioritário para, então, utilizar desse canal direto com a **Receita Federal** para definir quais soluções serão as prioritárias. (ABr)

**Site:**

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edic-ao-de-02-10-2024/>

# Novos canais de atendimento ajudarão os contribuintes

O secretário especial da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, anunciou dois novos programas para "aumentar a parceira" entre o Fisco e o contribuinte: o Receita de Consenso e o Receita Solucionona. As medidas são o objeto de duas portarias publicadas, ontem (1º), no Diário Oficial da União (DOU), que entrarão em vigor em 30 dias.

O Receita Solucionona é um "canal VIP" de contato com o Fisco para dúvidas de entidades de classe, sindicatos ou confederações. Segundo Barreirinhas, a Receita já responde dúvidas dos contribuintes todos os dias, mas o órgão sente falta de uma agregação das dúvidas.

## Litígios

Já a Receita de Consenso será uma nova estrutura dentro da subsecretaria de Tributação para intermediar a relação do contribuinte com o Fisco e evitar litígios tributários: o Centro de Prevenção e Solução de Conflitos Tributários e Aduaneiros (Cecat).

Barreirinhas explicou que o Ce-cat fará ponderações entre o agente de fiscalização e o contribuinte.

## Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/pmgv/#p=1>

# Brasileiros levam briga por benefícios à Justiça

O número médio mensal de processos na Justiça contra o governo para ter direito a benefícios assistenciais (majoritariamente Bolsa Família e os pagos pelo **INSS**) já subiu quase 20% este ano, na comparação com 2023. O aumento da judicialização ocorre num momento em que o governo Lula faz um pente-fino em programas sociais, como o auxílio-doença. São processos que pedem a reintegração aos cadastros do governo e a concessão dos benefícios.

A Advocacia-Geral da União (AGU), responsável pela defesa do governo no Judiciário, afirma que tem celebrado um número crescente de acordos em ações sobre benefícios previdenciários e há expectativa de se reduzir o número de ações judiciais.

Os casos dizem respeito a processos que têm como tema benefícios como o Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda e auxílio-doença. Em 2023, foi registrado uma média 56.875 novos casos protocolados por mês. Neste ano, a média já alcançou 67.236 casos por mês. Os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam que o número de processos de direito assistencial aumentou em 18,2% de um ano para o outro.

Esses processos podem reduzir a economia que o governo espera este ano ao fazer uma revisão nos benefícios do **INSS**, com foco no auxílio-doença, que subiram significativamente este ano.

A previsão da economia é de R\$ 6,8 bilhões. No ano que vem, a revisão de gastos deve levar a uma redução R\$ 25 bilhões nas despesas, sendo R\$ 7,3 bilhões do **INSS** e R\$ 3,2 bilhões do Bolsa Família.

Essa revisão é também para combater fraudes.

Porém, há casos de pessoas que perderam os benefícios e alegam ter direito aos valores. Sadi da Silva, 56 anos, é uma das pessoas que ingressou na Justiça este ano contra a reavaliação de benefícios.

Ele trabalhava como motorista em Gravataí (RS), até ser diagnosticado com hérnia de disco na lombar em 2008. Desde então, começou a travar uma batalha judicial para conseguir acesso ao auxílio-doença, por não ter mais condições de dirigir.

"Fiquei de mãos atadas, não tenho mais condição de trabalhar, tenho 56 anos, até hoje eu tenho que evitar caminhar, ficar de pé", diz ele.

Procurado, o **INSS** não respondeu sobre a situação de Silva. O instituto também não se manifestou a respeito do aumento de processos na Justiça.

\*

**INSS** acumula 4,3 milhões de processos como parte

Técnicos da equipe econômica já vinham alertando de forma reservada que o pente-fino pode ser revertido na Justiça e atingir pessoas que têm direito aos benefícios.

Advogado especialista em Direito Previdenciário e presidente do Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário, Diego Cherulli, observa que estes pentes-finos historicamente causam o aumento da judicialização e de filas nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras): "O pente-fino é necessário para que não se pague valores indevidos para pessoas que não precisam, porém ele tem que ser feito com cuidado, pensando no futuro se essas decisões serão revertidas ou não. A economia tem de ser efetiva".

Segundo dados do CNJ, atualmente o **INSS** é o maior litigante da Justiça brasileira, acumulando cerca de 4,3 milhões de processos como parte.

A AGU declarou que tem a expectativa de reduzir o volume de ações judiciais em que o **INSS** é parte com iniciativas adotadas pelo órgão neste ano, com a previsão de que 137 mil ações deixem de ser ajuizadas no próximo ano. A AGU cita duas ações: "DesjudicializaPrev" e "Pacifica".

A primeira é fruto de acordo com o CNJ e prevê que ações judiciais em dez temas que têm jurisprudência consolidada passarão a ser objeto de acordo ou desistência de recurso por parte do governo.

A segunda é uma plataforma on-line, criada em julho deste ano, para resolver de forma mais ágil litígios entre cidadãos e a administração pública federal. Nesse primeiro momento de implementação, o foco da plataforma são as questões previdenciárias.

**Site:** <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

# Auditoria do INSS aponta R\$ 45 milhões em descontos indevidos nas aposentadorias

**Cristiane Gercina**

Aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) tiveram R\$ 45,5 milhões em descontos indevidos feitos por associações nos benefícios previdenciários de janeiro de 2023 a maio de 2024, aponta auditoria realizada pelo instituto.

Para chegar neste montante, o **INSS** levou em consideração uma amostra com base em 1,2 milhão de pedidos para exclusão de mensalidade associativa, com valor médio de R\$ 43,12 por mês, de acordo com relatório ao qual a Folha teve acesso.

A mensalidade associativa é uma contribuição mensal de aposentados que se filiam a alguma associação ou sindicato para ter benefícios. O valor é descontado direto do benefício. Para fazer esse desconto, a associação precisa ter convênio com o **INSS** e fechar um contrato com o segurado.

Denúncias apontam para descontos indevidos, sem a autorização dos segurados, o que levou o instituto, a Polícia Civil de São Paulo e o Ministério Público de SP a abrirem investigação. O caso também foi levado ao TCU (Tribunal de Contas da União).

Segundo o presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, a auditoria foi solicitada por ele após aumento das reclamações. Ele afirma que, para chegar ao montante, foi feita uma amostragem, levando em conta o total de segurados com desconto de mensalidade associativa, que somam 7,7 milhões. Desse total, 615 casos foram analisados.

No período da auditoria, de janeiro de 2023 a maio de 2024, foram descontados R\$ 3,07 bilhões direto das aposentadorias para pagar mensalidades, e mais de 6 milhões desses descontos são feitos com a autorização do segurado, que precisa assinar o contrato e, agora, também deve fazer biometria para participar da associação.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

"Para essas entidades que, eventualmente, não apresentem a ficha ou apresentem a ficha com uma

assinatura não é [do aposentado], vai ter uma consequência jurídica. Vamos mandar para o Ministério Público Federal, vamos mandar para a Polícia Federal, e cada pessoa responde pelo que fez", afirma ele.

As entidades que estão sendo investigadas precisam provar que o cidadão autorizou o desconto. Para isso, devem apresentar o contrato. Quem não apresenta poderá sofrer sanção ao final da investigação.

"Constatou-se a implantação de descontos associativos sem a devida autorização pelo titular do benefício, uma vez que não foi apresentada a documentação comprovando a filiação e o respectivo consentimento do segurado com o desconto em 54,56% da amostra analisada", diz o relatório.

Stefanutto falou sobre a proteção aos benefícios dos segurados em manifestação organizada pelo Sindnapi (Sindicato Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos) nesta terça-feira (1º), pelo Dia Internacional da Pessoa Idosa, na região central da capital paulista.

Segundo ele, o **INSS** não pode servir apenas para conceder o benefício e, depois, deixar o segurado de lado.

"Já implantamos a biometria nos novos benefícios e, agora, queremos ver com o TCU se é possível fazer a biometria para os antigos também", afirmou à Folha, tratando de medida tomada em março deste ano para aumentar a segurança dos beneficiários.

Milton Cavalo, presidente do Sindnapi, diz que o sindicato espera que as investigações levem a punição de entidades que agem de má-fé, prejudicando as demais.

"Nosso sindicato está há 24 anos nesta organização da categoria de aposentados. E quanto surge esse tipo de coisa, dificilmente você separa aqueles que fazem uma luta em prol de aposentados daqueles que só vivem de benefícios, sem compromisso com os aposentados", afirma.

O aposentado que não se associa, mas percebe o desconto em seu benefício pode fazer o bloqueio direto no aplicativo ou site Meu **INSS**. Também é possível fazer o pedido de pagamento dos valores

descontados indevidamente. Essa solicitação deve ser realizada na associação.

Por lei, o cidadão tem direito de receber em dobro o que foi desconto sem autorização. Stefanutto diz que, caso a associação não devolva, o segurado pode fazer a solicitação por meio do Fala.br ou pela Central Telefônica 135, que o **INSS** poderá fazer a intervenção na entidade para que o valor seja devolvido ao segurado.

Também é possível, hoje, checar no aplicativo Meu **INSS** a cópia do contrato feito com a associação.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/auditoria-do-inss-aponta-r-45-milhoes-em-descontos-indevidos-nas-aposentadorias.shtml>**

# Uma reforma feita às pressas

» **SAMANTA SALLUM**

O relatório final do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, com ajustes ao PLP 68/24, que regulamenta a **reforma tributária**, será entregue no dia 22 de outubro. O trabalho vai apresentar propostas de alteração ao texto, aprovado pela Câmara dos Deputados. Já foram realizadas audiências públicas para ouvir os setores empresariais, que apresentaram uma série de demandas (veja quadro). Muitos se sentem prejudicados com a versão aprovada pelos deputados federais e apresentaram aos senadores pedidos de adequação para reduzir o impacto da reforma em suas áreas de atuação.

O coordenador do grupo de Trabalho, senador Izalci Lucas (PL/DF), afirma que o projeto ainda precisa de mais debates e análises. "Sou contra o regime de urgência colocado pelo governo federal. A maioria dos senadores não está conseguindo entender de verdade o que será votado, não sabe o que vai votar, está dependendo das assessorias", afirmou o parlamentar.

"Precisamos de tempo para analisar, para corrigir distorções.

Do jeito que o governo conseguiu aprovar na Câmara, não tem a neutralidade, como se propagou.

E a simplificação, só daqui a 10 anos", criticou o senador. Izalci foi o palestrante convidado do almoço-debate do Lide/DF, em Brasília, ontem, que reuniu cerca de 100 pessoas entre empresários e autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário.

O relatório da CAE vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que receberá emendas ao PLP, mas só de autoria dos próprios membros. Durante a apresentação, Izalci Lucas tentou explicar o andamento da **reforma tributária**. Contou que recebeu diversas sugestões de emendas e avisou aos setores empresariais.

"Ainda haverá prazo para emendas. Encaminhem sugestões, mas de forma didática, para os senadores realmente entenderem a importância das propostas sobre o impacto em cada setor", reforçou. "Precisamos alertar os empresários para que eles possam mobilizar, procurar seus senadores e deputados, para fazer as alterações que acharem necessárias", acrescentou.

Simple Nacional Um dos pontos sensíveis na regulamentação da **reforma tributária** é como ficará o Simple Nacional. "Vamos realizar uma audiência pública na quinta-feira (amanhã) só para tratar deste tema. Grande quantidade de empreendedores no país estão nesse regime e não pode ser prejudicada".

Para Paulo Octávio, que comanda o Lide Brasília, a primeira preocupação deve ser com o crescimento econômico do Brasil. "Nós temos a maior carga tributária do mundo. E a reforma que foi votada pela Câmara dos Deputados e está no Senado atualmente é bastante complexa. A grande parte do setor produtivo brasileiro não entendeu ainda como vai funcionar", destacou.

Segundo ele, não adianta haver pressa para "depois criar um monstro que ninguém entende e que não vai ajudar, porque o que nós queremos mais é gerar empregos. O Brasil não pode crescer apenas 2% ao ano. O Brasil tem que crescer 5%, 6%, como já cresceu", salientou.

Lista de pedidos

Confira as demandas dos setores no Senado para ajustes no PLP 68/24

Construção civil/setor imobiliário Redutor de 60% para construção e 80% para locação.

Tecnologia da Informação Concessão de crédito presumido.

Supermercados Inclusão de mais 40 itens na Cesta Básica Nacional.

Medicamentos Redução a Zero das alíquotas de todos os medicamentos do Programa Farmácia Popular.

Equipamentos médicos Redução de 60% da alíquota.

Pessoas com Deficiência Isenção para todos os veículos e na apenas os adaptados.

Energia Isenção de CBS/IBS; consumo de energia produzida pelo próprio estabelecimento.

Cemitério e Funerários Redução de 60% nas alíquotas; CBS/IBS sejam considerados serviços de saúde.

Educação Aplicação de alíquota reduzida de 60%

CBS/IBS também a atividades no contraturno.

PETs Alíquota reduzida de 60% para produtos e alimentação ligada à saúde, como medicamentos.

Academias de ginástica alíquota de 60%.

**Site:**

**<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6483/02-10-2024.html?al=1>**

## Custo Brasil: honrar tributos

Dentre os vários gargalos da economia brasileira, sem sombra de dúvida, um dos mais complexos é o sistema tributário do país. Após 40 anos de discussões sobre o tema, a PEC 45/2019 foi aprovada pela Câmara dos Deputados em dezembro/23 e promulgada no mesmo mês, dando início a uma nova era tributária no Brasil. A proposta simplifica o sistema tributário, substituindo cinco **tributos** (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com esferas municipal e estadual, e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), da esfera federal, além do Imposto Seletivo, que incidirá sobre alguns produtos e serviços com o objetivo de desestimular seu consumo. Segundo o Governo Federal, a reforma tem três grandes objetivos: fazer a economia brasileira crescer de forma sustentável, tornar o sistema tributário mais justo, reduzindo as desigualdades sociais e regionais, e diminuir a complexidade da tributação. Isso é exatamente o que o setor produtivo deseja. Contudo, é preciso acompanhar o desenrolar da reforma, uma vez que grande parte das regras serão definidas por meio de leis complementares. Apesar de começar a valer totalmente apenas em 2033, em 2026 já começarão os testes de alíquotas. Entretanto, antes mesmo de ser aprovada, as discussões sobre as alíquotas e os benefícios já haviam começado. A cada novo benefício concedido a um produto ou serviço, a alíquota média deve subir para a população em geral. É importante citar que, segundo estudos apresentados por representantes dos setores da economia, para alguns deles, a reforma pode inviabilizar a produção em certos estados. Logo, a discussão sobre os impactos e a necessidade de benefícios a alguns setores é crucial para a sustentação da economia brasileira. Voltando ao tópico central, o custo de honrar **tributos** é composto pelos subitens: complexidade tributária, carga tributária do setor, resíduo tributário sobre exportações e economia informal. Estes, somados, geram um custo adicional para o setor empresarial de R\$ 270 bilhões a R\$ 310 bilhões quando comparada a média dos países da OCDE. Trata-se do segundo maior peso sobre o Custo Brasil. Para se ter ideia do quão onerosa é a carga tributária no país, segundo pesquisa do Impostômetro, em 2022, o brasileiro trabalhou 149 dias apenas para pagar **tributos**. Além da alta carga tributária, outro ponto que dificulta o dia a dia das empresas é a complexidade tributária. Uma pesquisa do Banco Mundial revelou que, em 2019, as empresas brasileiras utilizaram, em média, 1.958 horas para pagar **tributos**. Em comparação, a média de 190 países pesquisados foi de 206 horas. Imagine a perda de tempo e produtividade dos trabalhadores

brasileiros, que poderiam estar desempenhando outras tarefas, se o nosso sistema tributário fosse mais eficiente e simples. A economia informal também é um problema, pois acaba diminuindo a receita tributária do país, o que sobrecarrega a carga tributária dos setores formais. Para além da venda de produtos sem nota fiscal, um outro ponto é a informalidade de trabalhadores e de empresas. Segundo o Sebrae, no quarto trimestre de 2020 havia cerca de 27,2 milhões de 'donos de negócios' (empregadores + conta própria) no Brasil, sendo que 8,8 milhões (32%) afirmavam ter CNPJ, enquanto 18,4 milhões (68%) não possuíam o cadastro. Uma coisa é certa, a carga tributária brasileira e a complexidade dessa estrutura sobrecarregam o setor produtivo e, conseqüentemente, a população em geral. Logo, é crucial que a **reforma tributária**, que é uma excelente oportunidade para resolvermos esses problemas, alcance de fato o seu objetivo de tornar o sistema tributário mais simples e, ainda, que os **impostos** não pesem ainda mais sobre a economia. Se isso acontecer, certamente teremos um ambiente com maior competitividade brasileira perante os demais países.

# Críticas ao cashback

**Luciano Rodrigues** [luciano.rodrigues@svm.com.br](mailto:luciano.rodrigues@svm.com.br)

Na tarde dessa segunda-feira (30), o deputado federal Mauro Filho criticou o cashback a ser criado com a **Reforma Tributária**. O parlamentar está a frente de grupos técnicos de discussão sobre as mudanças no sistema de cobrança de **impostos** sobre bens e serviços no Brasil.

Segundo Mauro Filho, o cashback atual a ser implementado pela Reforma cria distorções que, de um jeito ou de outro, vão forçar as pessoas mais pobres a pagarem **impostos** apesar da promessa de redução de carga tributária. Esse pagamento será feito sob a justificativa de devolução de parte da alíquota paga ao contribuinte. "Cashback para mim tinha que ser o seguinte: na hora em que você fosse pagar a mercadoria, se você estiver inscrito no CadÚnico e tiver renda familiar de metade de um salário mínimo, você não pagaria o tributo. Só conseguimos deixar para água, luz, telefonia e gás. Esses quatro **tributos** já vão ter a sistemática de não pagar no ato do pagamento", considera.

O deputado afirmou que, com a legislação do cashback da forma como se encontra na **Reforma Tributária**, o "pobre vai ter que pagar para ter capital de giro", e disse que pretende utilizar as próximas discussões e votações sobre o tema para alterar a legislação.

"Em todos os outros bens, fui voto vencido na comissão, porque cashback significa que eu vou pagar para depois receber. O Brasil vai ser o único País do mundo onde o pobre vai ter que pagar para ter capital de giro. Vai ter que pagar para receber depois. É um negócio que não faz muito sentido, na minha interpretação, mas é o que está aprovado e valendo. Vamos ver se até lá a gente consegue fazer alguma modificação". Em tradução literal do inglês, cashback quer dizer reembolso. É uma prática comum em compras de comércio e serviços, quando o cliente adquire um produto e tem parte do valor devolvido, que pode ser utilizado de diferentes formas.

No caso da **Reforma Tributária**, tudo ainda está no campo da discussão. O cashback seria pago a famílias inscritas no CadÚnico cuja renda familiar por pessoa seja de até meio salário mínimo (atualmente R\$ 706).

Até o momento, nos textos aprovados, está definido que as pessoas que se enquadram nesses requisitos, que o Governo Federal estima que abranjam 73

milhões de brasileiros, receberiam parte da Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), novos **impostos** criados em substituição ao PIS, Cofins, IPI (no caso do CBS), ICMS e ISS (no caso do IBS). A primeira alíquota passa a ser administrada pelo Governo Federal, enquanto a segunda, por estados e municípios.

Leia matéria completa em [www.diariodonordeste.verdesmares.com.br](http://www.diariodonordeste.verdesmares.com.br)

Em tradução literal do inglês, cashback quer dizer reembolso. É uma prática comum em compras

Site: <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>

# DF deve arrecadar R\$ 2,6 bi a mais com a reforma tributária

**Samanta Sallum**

+

A mudança da forma de arrecadação de imposto para os cofres públicos dos estados, prevista na **reforma tributária**, beneficia o Distrito Federal. Quando entrar em vigor, o tributo, que será o IBS, hoje ICMS, passará a ser cobrado na região de destino da mercadoria, e não mais como é atualmente, no local de origem. Como o perfil econômico da capital federal é de polo de consumo e não de produção, o governo local passará a receber muito mais **impostos** pelo que é comprado aqui. Essa é uma das principais fontes de receita do DF e a projeção é que ela seja aumentada em R\$ 2,6 bilhões.

O tema foi escolhido para o almoço-debate do Grupo de Lideranças Empresariais do DF, o LIDE, que reuniu cerca de 100 pessoas, ontem, no Lago Sul. Entre elas, empreendedores, autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário. O senador Izalci Lucas (PL/DF), coordenador do Grupo de Trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que analisa o Projeto de Lei Complementar 68/2024 (regulamentação da **reforma tributária**), foi o convidado especial como palestrante. Ele é contra o regime de urgência da matéria, solicitado pelo governo federal. Não é possível votar o texto como está, são necessários muitos ajustes. Estamos ouvindo, em diversas audiências públicas, os setores envolvidos, as demandas dos segmentos econômicos para evitar distorções, disse.

Essa **reforma tributária** é uma coisa que preocupa a todos. Corremos risco de termos uma das maiores cargas tributárias do mundo. Isso vai diminuir o consumo, vai diminuir a renda da população e vai diminuir também a produção das empresas, alertou o governador Ibaneis Rocha, que participou do evento. Segundo ele, setores importantes para a economia do DF podem ser penalizados, prejudicando a arrecadação aos cofres locais.

Eu me assusto toda vez que eu me sento com o Ney, meu secretário de Economia, e vejo o que pode acontecer. O Izalci falou que em Brasília vai ter um avanço de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação, mas nós podemos ter uma queda muito grande naqueles que são os nossos principais setores, como construção civil, comércio e serviços, analisou Ibaneis.

O presidente do LIDE/DF, Paulo Octávio, reforçou a preocupação com a construção civil. Setor que emprega muito e corre risco de majoração de carga tributária. Essa matéria da reforma é tão complexa que, em vez de simplificar, pode ser não compreendida pela sociedade e pelas empresas, ocasionando até aumento de sonegação, comentou. Também esteve presente o desembargador Renato Scussel.

O setor de prestação de serviços, que é a principal atividade econômica do DF, é um dos que está sendo mais impactado pela **reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados. Representantes do segmento, como de diversos outros, esperam reverter o aumento de carga do imposto com a regulamentação.

Em relação à **reforma tributária**, é fundamental que haja prudência, amplo debate e uma discussão exaustiva no Senado Federal. No formato enviado pela Câmara dos Deputados, o setor produtivo não suporta uma alíquota modal próxima de 30%, especialmente os setores de comércio e de serviços, que são os maiores empregadores de mão de obra. Por isso, concordamos com a retirada do pedido de urgência e a promoção de um diálogo produtivo com todos os atores envolvidos, que serão responsáveis por sustentar a carga tributária proposta, afirmou o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire.

A mudança da forma de arrecadação de imposto para os cofres públicos dos estados, prevista na **reforma tributária**, beneficia o Distrito Federal. Quando entrar em vigor, o tributo, que será o IBS, hoje ICMS, passará a ser cobrado na região de destino da mercadoria, e não mais como é atualmente, no local de origem. Como o perfil econômico da capital federal é de polo de consumo e não de produção, o governo local passará a receber muito mais **impostos** pelo que é comprado aqui. Essa é uma das principais fontes de receita do DF e a projeção é que ela seja aumentada em R\$ 2,6 bilhões.

O tema foi escolhido para o almoço-debate do Grupo de Lideranças Empresariais do DF, o LIDE, que reuniu cerca de 100 pessoas, ontem, no Lago Sul. Entre elas, empreendedores, autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário. O senador Izalci

Lucas (PL/DF), coordenador do Grupo de Trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que analisa o Projeto de Lei Complementar 68/2024 (regulamentação da **reforma tributária**), foi o convidado especial como palestrante. Ele é contra o regime de urgência da matéria, solicitado pelo governo federal. Não é possível votar o texto como está, são necessários muitos ajustes. Estamos ouvindo, em diversas audiências públicas, os setores envolvidos, as demandas dos segmentos econômicos para evitar distorções, disse.

Essa **reforma tributária** é uma coisa que preocupa a todos. Corremos risco de termos uma das maiores cargas tributárias do mundo. Isso vai diminuir o consumo, vai diminuir a renda da população e vai diminuir também a produção das empresas, alertou o governador Ibaneis Rocha, que participou do evento. Segundo ele, setores importantes para a economia do DF podem ser penalizados, prejudicando a arrecadação aos cofres locais.

Eu me assusto toda vez que eu me sento com o Ney, meu secretário de Economia, e vejo o que pode acontecer. O Izalci falou que em Brasília vai ter um avanço de R\$ 2,6 bilhões na arrecadação, mas nós podemos ter uma queda muito grande naqueles que são os nossos principais setores, como construção civil, comércio e serviços, analisou Ibaneis.

O presidente do LIDE/DF, Paulo Octávio, reforçou a preocupação com a construção civil. Setor que emprega muito e corre risco de majoração de carga tributária. Essa matéria da reforma é tão complexa que, em vez de simplificar, pode ser não compreendida pela sociedade e pelas empresas, ocasionando até aumento de sonegação, comentou. Também esteve presente o desembargador Renato Scussel.

O setor de prestação de serviços, que é a principal atividade econômica do DF, é um dos que está sendo mais impactado pela **reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados. Representantes do segmento, como de diversos outros, esperam reverter o aumento de carga do imposto com a regulamentação.

Em relação à **reforma tributária**, é fundamental que haja prudência, amplo debate e uma discussão exaustiva no Senado Federal. No formato enviado pela Câmara dos Deputados, o setor produtivo não suporta uma alíquota modal próxima de 30%, especialmente os setores de comércio e de serviços, que são os maiores empregadores de mão de obra. Por isso, concordamos com a retirada do pedido de urgência e a promoção de um diálogo produtivo com todos os atores envolvidos, que serão responsáveis por

sustentar a carga tributária proposta, afirmou o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire.

**Site:** <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/10/6955232-df-deve-arrecadar-rs-26-bi-a-mais-com-a-reforma-tributaria.html>

# Izalci critica discussão apressada sobre reforma tributária

Samanta Sallum

+

O relatório final do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, com ajustes ao PLP 68/24, que regulamenta a **reforma tributária**, será entregue no dia 22 de outubro. O trabalho vai apresentar propostas de alteração ao texto, aprovado pela Câmara dos Deputados. Já foram realizadas audiências públicas para ouvir os setores empresariais, que apresentaram uma série de demandas (veja quadro). Muitos se sentem prejudicados com a versão aprovada pelos deputados federais e apresentaram aos senadores pedidos de adequação para reduzir o impacto da reforma em suas áreas de atuação.

O coordenador do grupo de Trabalho, senador Izalci Lucas (PL/DF), afirma que o projeto ainda precisa de mais debates e análises. "Sou contra o regime de urgência colocado pelo governo federal. A maioria dos senadores não está conseguindo entender de verdade o que será votado, não sabe o que vai votar, está dependendo das assessorias", afirmou o parlamentar.

"Precisamos de tempo para analisar, para corrigir distorções. Do jeito que o governo conseguiu aprovar na Câmara, não tem a neutralidade, como se propagou. E a simplificação, só daqui a 10 anos", criticou o senador. Izalci foi o palestrante convidado do almoço-debate do Lide/DF, em Brasília, ontem, que reuniu cerca de 100 pessoas entre empresários e autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário.

O relatório da CAE vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que receberá emendas ao PLP, mas só de autoria dos próprios membros. Durante a apresentação, Izalci Lucas tentou explicar o andamento da **reforma tributária**. Contou que recebeu diversas sugestões de emendas e avisou aos setores empresariais. "Ainda haverá prazo para emendas. Encaminhem sugestões, mas de forma didática, para os senadores realmente entenderem a importância das propostas sobre o impacto em cada setor", reforçou. "Precisamos alertar os empresários para que eles possam mobilizar, procurar seus senadores e deputados, para fazer as alterações que acharem necessárias", acrescentou.

Simple Nacional

Um dos pontos sensíveis na regulamentação da **reforma tributária** é como ficará o Simples Nacional. "Vamos realizar uma audiência pública nesta quinta-feira (3) só para tratar deste tema. Grande quantidade de empreendedores no país estão nesse regime e não pode ser prejudicada".

Para Paulo Octávio, que comanda o Lide Brasília, a primeira preocupação deve ser com o crescimento econômico do Brasil. "Nós temos a maior carga tributária do mundo. E a reforma que foi votada pela Câmara dos Deputados e está no Senado atualmente é bastante complexa. A grande parte do setor produtivo brasileiro não entendeu ainda como vai funcionar", destacou.

Segundo ele, não adianta haver pressa para "depois criar um monstro que ninguém entende e que não vai ajudar, porque o que nós queremos mais é gerar empregos. O Brasil não pode crescer apenas 2% ao ano. O Brasil tem que crescer 5%, 6%, como já cresceu", salientou.

O relatório final do Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, com ajustes ao PLP 68/24, que regulamenta a **reforma tributária**, será entregue no dia 22 de outubro. O trabalho vai apresentar propostas de alteração ao texto, aprovado pela Câmara dos Deputados. Já foram realizadas audiências públicas para ouvir os setores empresariais, que apresentaram uma série de demandas (veja quadro). Muitos se sentem prejudicados com a versão aprovada pelos deputados federais e apresentaram aos senadores pedidos de adequação para reduzir o impacto da reforma em suas áreas de atuação.

O coordenador do grupo de Trabalho, senador Izalci Lucas (PL/DF), afirma que o projeto ainda precisa de mais debates e análises. "Sou contra o regime de urgência colocado pelo governo federal. A maioria dos senadores não está conseguindo entender de verdade o que será votado, não sabe o que vai votar, está dependendo das assessorias", afirmou o parlamentar.

"Precisamos de tempo para analisar, para corrigir distorções. Do jeito que o governo conseguiu aprovar na Câmara, não tem a neutralidade, como se propagou. E a simplificação, só daqui a 10 anos", criticou o senador. Izalci foi o palestrante convidado do

almoço-debate do Lide/DF, em Brasília, ontem, que reuniu cerca de 100 pessoas entre empresários e autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário.

O relatório da CAE vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que receberá emendas ao PLP, mas só de autoria dos próprios membros. Durante a apresentação, Izalci Lucas tentou explicar o andamento da **reforma tributária**. Contou que recebeu diversas sugestões de emendas e avisou aos setores empresariais. "Ainda haverá prazo para emendas. Encaminhem sugestões, mas de forma didática, para os senadores realmente entenderem a importância das propostas sobre o impacto em cada setor", reforçou. "Precisamos alertar os empresários para que eles possam mobilizar, procurar seus senadores e deputados, para fazer as alterações que acharem necessárias", acrescentou.

Simples Nacional

Um dos pontos sensíveis na regulamentação da **reforma tributária** é como ficará o Simples Nacional. "Vamos realizar uma audiência pública nesta quinta-feira (3) só para tratar deste tema. Grande quantidade de empreendedores no país estão nesse regime e não pode ser prejudicada".

Para Paulo Octávio, que comanda o Lide Brasília, a primeira preocupação deve ser com o crescimento econômico do Brasil. "Nós temos a maior carga tributária do mundo. E a reforma que foi votada pela Câmara dos Deputados e está no Senado atualmente é bastante complexa. A grande parte do setor produtivo brasileiro não entendeu ainda como vai funcionar", destacou.

Segundos ele, não adianta haver pressa para "depois criar um monstro que ninguém entende e que não vai ajudar, porque o que nós queremos mais é gerar empregos. O Brasil não pode crescer apenas 2% ao ano. O Brasil tem que crescer 5%, 6%, como já cresceu", salientou.

**Site:**

**<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2024/10/69/55405-izalci-critica-discussao-apressada-sobre-reforma-tributaria.html>**

# Hora da verdade para as bets, Brasil mais perto do grau de investimento e o que importa no mercado

**Victor Sena**

Esta é a edição da newsletter FolhaMercado desta quarta-feira (02). Quer recebê-la de segunda a sexta, às 7h, no seu email? Inscreva-se abaixo:

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Esta terça-feira, 1º de outubro, foi um divisor de águas para quem faz apostas online no Brasil.

? Apenas as casas de apostas, mais conhecidas como bets, que solicitaram aval do governo em seu programa de regulamentação continuarão a operar.

? São 192 sites, divulgados pelo Ministério da Fazenda na noite de ontem. Veja a lista aqui.

Entenda: o governo ainda não deu o aval a essas empresas, mas permitirá o funcionamento delas, enquanto avalia a liberação final. Até lá, decidi bloquear outros sites que sequer se inscreveram no programa de regularização até meados de setembro.

Quem estiver fora da lista será derrubado aos poucos a partir de 10 de outubro. Segundo o ministro Fernando Haddad, é difícil fazer uma varredura completa em pouco tempo.

Até lá, porém, as funções de apostas devem ser suspensas. O prazo é destinado para os jogadores brasileiros poderem retirar dinheiro das bets que ficaram de fora da lista. Veja mais aqui.

? A exceção são as casas de apostas que operam após concessões de estados como o Rio de Janeiro. Entenda.

"Limpa". Só nesta semana, a expectativa do ministro Fernando Haddad é de que 500 sites sejam suspensos.

Dois empresários do setor afirmaram à Folha, sob reserva, que esperam o bloqueio de mais de 2 mil

bets.

Atenção: vale ressaltar que as 192 bets que continuam no ar também podem ser bloqueadas nas próximas semanas.

O novo mercado de apostas, com diversas regras, começará a valer apenas em 1º de janeiro, mas a negativa ou autorização do Ministério da Fazenda pode sair antes.

? Entre as regras: ter certificações de idoneidade, canais de transparência financeira e ferramentas que permitam ao jogador evitar comportamento de vício. Falei sobre elas nesta edição da newsletter.

? Também haverá pagamento de **impostos à Receita Federal**, que devem gerar até R\$ 12 bilhões ao ano, além de limitações para publicidade e nas formas de pagamento, como restrições a cartão de crédito e no uso do PIX.

As bets movimentam R\$ 110 bilhões ao ano no Brasil, valor que atualmente escapa totalmente de tributação.

O X (antigo Twitter) informou nesta terça-feira (1º) ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), que pagará as multas que somam R\$ 28,6 milhões.

O recuo da empresa levou o ministro a liberar as contas bancárias da empresa de internet via satélite Starlink, também de propriedade de Elon Musk.

? A multa fixada por descumprir decisões de derrubada de perfis é de R\$ 18,3 milhões.

? Outros R\$ 10 milhões são pela manobra que fez a rede social voltar a funcionar no país há duas semanas.

Sem acesso. A rede seguia bloqueada até o fim da noite de ontem. Na última sexta-feira (27), Moraes decidiu negar o pedido oficial de liberação do X e condicionou o retorno ao pagamento das multas.

Baixou a bola. Depois de se recusar a atender às

determinações da Justiça, Elon Musk cedeu.

A falta de alternativas, a pressão de investidores e as críticas internacionais são vistas como os motivos que fizeram a empresa mudar de postura.

A rede social oficializou a advogada Rachel de Oliveira Villa Nova Conceição como sua representante no Brasil.

Ela já havia ocupado a posição e será responsável pela suspensão de contas, entre elas a de um senador.

? No pedido de desbloqueio da última semana, a empresa informou que Rachel de Oliveira despachará de "escritório em endereço conhecido", onde poderá receber intimações.

Dinheiro. Analistas estimam que o valor de mercado do X esteja atualmente 72% abaixo dos US\$ 44 bilhões (R\$ 246,9 bilhões) avaliados na venda em 2022.

No final de 2023, uma queda de 50% no valor já havia sido confirmada pelo próprio Musk.

A ausência no mercado brasileiro, estimado em 20 milhões de contas, pesa contra os objetivos financeiros da plataforma.

Ao comprar o antigo Twitter, uma das promessas de Musk era tornar a rede lucrativa, mas os prejuízos têm sido altos para o bilionário.

? Dos US\$ 44 bilhões pagos pela rede, US\$ 13 bilhões (R\$ 72,9 bilhões) foram emprestados por bancos .

? Musk revelou que os pagamentos anuais de juros somam cerca de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 8,4 bilhões), segundo o Wall Street Journal.

O Brasil está a caminho de recuperar o tão falado "grau de investimento ". Nesta terça-feira (1º), a agência de classificação de risco Moody's melhorou a nota do país em seu ranking.

Agora, estamos apenas um patamar abaixo da linha que divide os países entre mais e menos seguros para investir.

? A nota subiu de 'Ba2' para 'Ba1'. O grau de investimento começa em 'Baa3', o próximo degrau no ranking.

? O Brasil já esteve nesse patamar, mas perdeu a nota durante a crise econômica de 2015 e 2016.

Entenda: a classificação das agências Moody's, SEP e Fitch avalia o risco de um país não cumprir com suas dívidas.

As notas influenciam diretamente o apetite dos investidores, o interesse de empresários internacionais e o patamar dos juros no país. Também afetam a valorização do câmbio. Veja mais aqui.

Otimista. As notas da Moody's estavam inalteradas desde 2016. A agência justificou a melhora como um reflexo do forte crescimento econômico e de uma série de reformas que melhoram o cenário de crédito no país.

Entre os destaques estão a independência do Banco Central , a **reforma tributária** e medidas que melhoraram o ambiente de negócios, como a digitalização das finanças e a reforma trabalhista.

Ajudinha? Na última semana, o presidente Lula e o ministro Fernando Haddad se reuniram com representantes das três agências nos Estados Unidos para apresentar o cenário das contas públicas brasileiras.

A Folha apurou que a intenção de Lula foi fortalecer Haddad com o gesto inédito de receber as agências de risco.

Informações de bastidores indicam que o presidente da República espera a retomada do grau de investimento até 2026.

Sim, mas. Logo após o encontro, a agência Fitch divulgou uma nota criticando a incerteza em relação às contas públicas do Brasil, mostrando uma percepção divergente.

Apesar da melhora, a Moody's afirmou que a dívida brasileira está em um patamar elevado em relação ao **PIB** e que o orçamento público precisa de mais flexibilidade.

Comentei sobre a alta da dívida pública brasileira na edição de segunda-feira da newsletter.

Um gráfico semanal explica o que acontece na economia

Mudança nas taxas básicas desde junho, em pontos-base (centésimos de um ponto percentual)

A **inflação** que impactou o mundo no pós-pandemia finalmente cedeu, e os principais bancos centrais estão agora reduzindo os juros.

O mais importante deles, o Federal Reserve (Fed) dos

Estados Unidos, cortou as taxas do país em setembro, em 0,50 ponto percentual .

? Esse corte foi o primeiro movimento desde que os juros atingiram o patamar de 5,5%, ainda em julho de 2023.

Na zona do euro, a redução também foi de 0,50 ponto percentual desde junho.

Alguns países, no entanto, estão na contramão.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/hora-da-verdade-para-as-bets-brasil-mais-perto-do-grau-de-investimento-e-o-que-importa-no-mercado.shtml>**

# Moody"s eleva rating do Brasil

A agência norte-americana de classificação de risco Moody"s elevou a nota de crédito soberano do Brasil de Ba2 para Ba1, mantendo a perspectiva do rating positiva. Com isso, o país está a um degrau do selo de bom pagador, o chamado grau de investimento - a nota de corte para que uma instituição ou país seja considerado um porto de investimento seguro.

A revisão ocorre poucos meses depois de a agência ter atribuído a perspectiva positiva ao rating do país, em maio de 2024, e a uma semana de uma reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com as agências de classificação de risco nos Estados Unidos.

Em **comunicado**, a instituição atribui a melhora da nota do Brasil ao crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) acima do esperado e o histórico recente de reformas econômicas e fiscais.

"Nesse contexto, a agência chama a atenção para a relevância do compromisso com as metas fiscais e com a trajetória de estabilização da dívida/**PIB**, considerando esses fatores fundamentais para a perspectiva positiva do novo rating", informou a nota da instituição.

Ao mencionar a importância das várias reformas recentes para a melhora nas expectativas de crescimento do país no médio prazo, a agência destacou a **reforma tributária**. A agenda de transição energética do governo também foi destacada como um fator que não apenas atrai investimentos privados, mas também reduz a vulnerabilidade do país a choques climáticos.

Em relação ao fiscal, a Moody"s informou que espera uma melhora gradual nos resultados primários do governo, alinhada às metas fiscais para os próximos três anos. Essa expectativa se baseia nos esforços para aumentar as receitas e nas iniciativas de corte de despesas.

Segundo a agência, embora a dívida e as despesas com juros sejam consideradas elevadas, o Brasil possui "expressivos ativos líquidos e se financia principalmente em moeda local no mercado doméstico".

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou o fato de que o país está a um degrau do selo de bom pagador, mas reconheceu a necessidade de um trabalho nas receitas e despesas. "Nós

estávamos a três degraus abaixo do grau de investimento e agora estamos a meio degrau, estamos com viés positivo", destacou após a divulgação do **comunicado**. "Penso que se o governo, como um todo, compreender que vale a pena esse esforço, sem baixar a guarda em relação às despesas e às receitas, fazendo o nosso trabalho, acredito realmente que temos a chance de completar o mandato do presidente Lula recuperando o grau de investimento", emendou. Pouco antes, em nota, a Fazenda reforçou o compromisso com o fiscal.

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6483/02-10-2024.html?all=1>

# Moody's eleva nota e Brasil fica mais próximo do grau de investimento

**CÉLIA FROUFE e GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA E GUSTAVO NICOLETTA**

A agência de classificação de risco Moody's anunciou ontem a elevação da nota de crédito do Brasil de Ba2 para Ba1, deixando o País a apenas um degrau do chamado grau de investimento - o selo de bom pagador.

A perspectiva para o rating brasileiro também continua positiva.

A elevação da nota acontece exatamente cinco meses depois de a agência ter mudado de "estável" para "positiva" a perspectiva para o rating do País.

"A elevação reflete melhoras materiais no crédito, que esperamos que continuem, incluindo um crescimento mais robusto do que o anteriormente estimado e um histórico crescente de reformas fiscais e econômicas que emprestam resiliência ao perfil de crédito", disse a Moody's, em **comunicado**.

A agência ressaltou, porém, que a credibilidade do arcabouço fiscal é ainda "moderada", e que isso se reflete no custo "relativamente elevado" da dívida do País. "Um crescimento mais robusto e uma política fiscal consistentemente aderente ao arcabouço permitirão que a dívida se estabilize no médio prazo, ainda que em níveis relativamente elevados." Ao comentar a elevação do rating, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "o relatório da Moody's está em linha com o que defendemos". "Eu penso que, se o governo, como um todo, compreender que vale a pena esse esforço, que esse esforço que está sendo feito produz os melhores resultados, e continuarmos sem baixar a guarda em relação às despesas, em relação às receitas, fazendo o nosso trabalho, acredito realmente que nós temos chance de completar o mandato do presidente Lula obtendo o grau de investimento", disse Haddad.

O Brasil recebeu o grau de investimento pela primeira vez em abril de 2008, no segundo mandato do presidente Lula, mas o perdeu em setembro de 2015, na gestão Dilma Rousseff.

O rating, ou a classificação de risco, é uma nota que as agências especializadas atribuem a um país, empresa ou projeto. E indica a qualidade de crédito do

emissor de títulos.

Quanto mais alta for essa nota, menor o risco de calote do emissor (país ou empresa).

Muitos fundos de pensão internacionais, por exemplo, têm autorização para comprar apenas títulos considerados pelas agências como "investment grade" (grau de investimento).

Na avaliação das duas outras grandes agências de rating - a S P e a Fitch -, o Brasil continua também sendo um país de grau "especulativo" para investir.

Sócio da Tendências Consultoria, o ex-ministro Máilson da Nóbrega viu como positiva a elevação da nota do País, mas, a exemplo de outros economistas, tem dúvidas sobre a eficácia da política fiscal (mais informações na pág. B2). "Acho pouco provável que o grau de investimento volte na gestão de Lula porque as agências olham a rigidez orçamentária que impede a geração de superávits para estabilizar a relação entre a dívida e o **PIB**. Esse é o elemento essencial para restabelecer o 'investment grade'."

Rigor

Agência diz ser necessária uma política fiscal 'mais consistentemente aderente ao arcabouço'

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Moody's: entenda por que a agência decidiu elevar a nota de crédito do Brasil

Por André Catto, g1

A agência de classificação de risco Moody's elevou nesta terça-feira (1º) a nota de crédito do Brasil de Ba2 para Ba1, com perspectiva positiva. Agora, o país está a um passo do chamado grau de investimento, um selo de bom pagador concedido pelas agências, que assegura aos investidores um menor risco de calotes.

A nova classificação ainda indica um grau especulativo - o que, segundo as agências de risco, aponta que o Brasil está menos vulnerável ao risco no curto prazo, mas segue enfrentando incertezas em relação a condições financeiras e econômicas adversas. (entenda mais abaixo)

Segundo a Moody's, a elevação da nota brasileira reflete a melhora significativa no crédito do país, incluindo um crescimento mais robusto do Produto Interno Bruto (**PIB**) e um histórico crescente de reformas econômicas e fiscais.

A mudança no rating soberano, disse a agência, ocorre apesar de o arcabouço fiscal (a nova regra de gastos do Brasil) ainda ter credibilidade moderada, como indicado pelo custo relativamente elevado da dívida.

Em contrapartida, um crescimento mais robusto e uma política fiscal com adesão consistente ao arcabouço fiscal permitirão que a carga da dívida se estabilize no médio prazo, embora em níveis relativamente altos, disse a agência.

Confira abaixo, em três pontos, o que disse a Moody's.

**Crescimento econômico**  
Arcabouço fiscal e contas públicas  
O que pode levar o país ao grau de investimento

**Crescimento econômico**

Ao justificar a elevação do rating soberano do Brasil, a agência informou ter revisado sua projeção de crescimento do **PIB** do país para 2,5%.

Também passou a prever, no médio prazo, um crescimento econômico muito mais sólido em comparação com anos anteriores à pandemia, resultado, em parte, das reformas estruturais

implementadas ao longo de sucessivas administrações

Nos próximos anos, antecipamos que o crescimento continuará abrangente, com a demanda interna impulsionada por um mercado de trabalho relativamente forte - em comparação com o passado do Brasil - e por salários reais mais altos, afirmou.

Na avaliação da agência, o crescimento do **PIB** também se mostrou mais forte e resiliente em relação às altas taxas de juros e às severas enchentes que atingiram o Brasil neste ano.

Além disso, o desempenho fiscal e o orçamento do governo apresentado para o próximo ano permaneceram consistentes com as metas fiscais.

Ainda para a Moody's, a agenda de transição energética do governo é outro fator que pode acrescentar potencial de crescimento no médio a longo prazo. O tema passa, entre outros pontos, pela atração de investimentos privados para projetos de energia limpa.

No documento divulgado nesta terça, a agência também citou os seguintes avanços em sucessivos governos:

o fortalecimento da independência do Banco Central; a melhoria na governança das empresas estatais; a digitalização financeira; e a reforma trabalhista.

**Arcabouço fiscal e contas públicas**

De acordo com a agência, a decisão de manter a nota do Brasil com perspectiva positiva reflete a possibilidade de que o crescimento econômico e o cumprimento do arcabouço fiscal ajudem a reduzir a incerteza em torno da trajetória da dívida do Brasil.

Na visão da Moody's, essa combinação aumentaria a credibilidade da política fiscal e apoiaria o fortalecimento institucional.

Um custo mais baixo da dívida teria impacto positivo na trajetória da dívida pública do Brasil, especialmente se combinado com um crescimento mais robusto do que o que esperamos atualmente, afirmou.

Ainda em relação às contas públicas, a Moody's disse esperar uma melhora gradual nos resultados primários do governo, em linha com as metas fiscais para os próximos três anos.

A perspectiva, no entanto, não afasta os receios da agência de que um aumento de gastos estruturais e despesas obrigatórias - como **seguridade social**, programas de assistência social, saúde e educação - coloque em risco o alcance das metas fiscais.

Essas limitações afetam a credibilidade da política fiscal e complicam os esforços em curso para cumprir as metas fiscais, o que compromete a eficácia das políticas e contribui para prêmios de risco relativamente altos, alertou.

Sobre o tema, o Ministério da Fazenda afirmou, em **comunicado** publicado após a decisão da agência, que mantém seu compromisso com a melhoria contínua dos resultados fiscais, empreendendo esforços para aumentar a arrecadação e conter gastos.

Além de estabilizar a relação dívida/**PIB**, um balanço fiscal mais robusto contribuirá para a redução das taxas de juros e a melhoria das condições de crédito, criando um ambiente favorável à expansão dos investimentos públicos e privados, afirmou a pasta.

A Moody's também citou a **reforma tributária**, a classificando como uma reforma estrutural notável que irá melhorar o ambiente de negócios e a alocação de recursos, contribuindo para o potencial de crescimento a longo prazo.

O que pode levar o país ao grau de investimento

Em relatório, a Moody's também apontou que a adoção de medidas fiscais estruturais ajudaria o Brasil a conquistar o grau de investimento.

Isso facilitaria a redução da dívida em caso de ambiente econômico favorável e limitaria seu aumento em uma mudança de ciclo. Além disso, indicaria uma maior eficácia nas políticas, apoiando nossa avaliação da força institucional e da resiliência a choques.

Segundo a Moody's, a atual perspectiva positiva - que torna improvável um rebaixamento da nota brasileira no curto prazo - pode mudar para estável caso haja um enfraquecimento do compromisso ou da capacidade do país de implementar a consolidação fiscal.

O aumento contínuo nos custos de financiamento do governo também enfraqueceria a solvência do [rating] soberano. Um retorno a um crescimento do **PIB**

persistentemente baixo representaria um desenvolvimento negativo para o crédito, afetando adversamente o perfil de crédito do Brasil, concluiu.

Entenda as notas de crédito do Brasil

Mesmo com a mudança anunciada nesta terça, o Brasil segue sem o chamado selo de bom pagador, classificação que sinaliza menor risco de calote para quem investe em títulos do Tesouro Nacional. (saiba mais sobre as notas de crédito abaixo)

Em maio, a Moody's havia anunciado a manutenção da nota de crédito do Brasil em nível Ba2 e a mudança da perspectiva da avaliação de estável para positiva - sinalizando uma possível elevação da nota no futuro.

A Fitch Ratings e a Standard Grau especulativo.

O grau de investimento é um selo de qualidade que assegura aos investidores um menor risco de calotes. A partir da nota de crédito que determinado país recebeu, os investidores podem avaliar se a possibilidade de ganhos (por exemplo, com juros) compensa o risco de perder o capital investido com a instabilidade econômica local.

O grau especulativo surge quando o país perde o selo de bom pagador, porque as agências deixam de dar sua chancela de segurança para um investimento. Nessa situação, é comum que o país perca também possibilidades de investimento.

Alguns fundos de pensão internacionais, de países da Europa ou Estados Unidos, por exemplo, seguem a regra de que só se pode investir em títulos de países que estejam classificados com grau de investimento por agências internacionais.

Ter esse selo, portanto, facilita a atração de capital. E à medida que o país recebe mais recursos, ele amplia sua liquidez e sua capacidade de realizar investimentos, explica Alex Nery, professor da FIA Business School.

Na história, o único período em que o país obteve selo de bom pagador foi entre os anos 2008 e 2015. A entrada ou saída do grau de investimento é definida pelas agências de risco a partir de fatores como o nível das reservas internacionais, cenário fiscal e estabilidade política.

De acordo com analistas de mercado, historicamente, um país que perde o selo de bom pagador costuma levar de 5 a 10 anos para recuperar. O Brasil já está a nove anos no grau especulativo.

A trajetória da nota do Brasil

## ?? A chegada ao grau de investimento

As agências internacionais Fitch Ratings e S&P deram grau de investimento ao Brasil pela primeira vez em 2008, no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Já a Moody's concedeu o selo em 2009. Com as alterações, o país passou naquela época a ser reconhecido como um destino mais seguro para investimentos estrangeiros.

Na ocasião, a S&P atribuiu a elevação da nota brasileira à mudança na política econômica do país - especialmente com a redução da dívida externa - e à melhora das perspectivas de crescimento.

Um mercado de consumo maior, com crescimento do mercado de capitais e da formalização dão sustentação às intenções de investimento, afirmou, na época, a S&P.

Para a Fitch, a concessão do selo de bom pagador foi resultado da dramática melhora dos resultados do Brasil nos setores externo e público, que reduziu enormemente a vulnerabilidade do país a problemas externos e a choques de câmbio.

[Além disso, o Brasil] fortificou a estabilidade macroeconômica e aumentou as perspectivas de crescimento a médio prazo, informou a agência em nota oficial.

Veja o histórico das notas na imagem abaixo:

## ?? Uma nova elevação

Em 2011, o país subiu mais um degrau na classificação de bom pagador pelas três agências. Já era o início do governo de Dilma Rousseff (PT).

Na ocasião, a Fitch afirmou que a melhora na nota refletia a avaliação de que a taxa de crescimento potencial sustentável da economia brasileira tinha aumentado, suportando as perspectivas fiscais a médio prazo e o fortalecimento contínuo da liquidez externa do país.

A S&P, por sua vez, destacou que o governo brasileiro vinha demonstrando seu compromisso em cumprir as metas fiscais.

Já a Moody's seguiu a mesma linha e enfatizou os ajustes fiscais promovidos pelo país. A agência apontou que o governo vinha se mostrando disposto a reverter políticas expansionistas e a adotar uma posição mais conservadora e consistente com um crescimento sustentável.

A expectativa da agência também era de queda na relação dívida/**PIB** (Produto Interno Bruto) do Brasil, em conformidade com as metas fiscais do país na época.

## ?? Perda do grau de investimento

A S&P foi primeira a retirar o selo de bom pagador do Brasil, em setembro de 2015. A ação foi seguida pelas agências Fitch, no mesmo ano, e pela Moody's, em 2016. Foram dois anos de intensa crise econômica, depois do fim do manejo de preços no governo de Dilma.

Em seu **comunicado**, a Fitch apontou que o rebaixamento do Brasil refletiu uma recessão econômica mais profunda do que a prevista. Citou também o aumento das incertezas - o que, segundo a agência, dificultou um cenário de controle fiscal.

A S&P seguiu a mesma linha e destacou, na época, que o país passava por uma deterioração nas contas públicas, enquanto enfrentava desafios políticos.

Aquele ano foi marcado, entre outros pontos, por discussões em torno de um ajuste fiscal e de uma **reforma política**.

No ano seguinte, a Moody's destacou que o corte da nota foi influenciado pela maior deterioração das métricas de crédito do Brasil, em um ambiente de baixo crescimento, com expectativa de aumento da dívida do governo nos anos seguintes.

## O contexto econômico brasileiro

Um grau de investimento não é alcançado da noite para o dia. A classificação depende de um processo mais longo de construção de confiança, que é alicerçada, principalmente, em bons resultados econômicos e em um cenário político estável.

As agências analisam se o crescimento econômico do país é sustentável, observam como anda a dívida pública, se há esforço para o controle das contas. Além de outros pontos, como o controle da **inflação**, a política monetária e reformas, explica o professor Alex Nery, da FIA Business School.

Fator importante para a análise das agências, o **PIB** do Brasil, por exemplo, já vinha apresentando dados positivos anos antes da primeira elevação da nota de crédito do país.

Em 2000, a economia brasileira havia crescido 4,4%. Todos os anos seguintes também foram de resultados favoráveis, até a pequena retração registrada em 2009, em meio à crise econômica global que se iniciou

nos Estados Unidos.

A crise do subprime, como ficou conhecido o episódio, levou terror ao mercado financeiro. Em síntese, o problema teve origem no acesso desenfreado ao crédito imobiliário no país, criando uma bolha no setor.

O ápice da crise ocorreu após setembro de 2008, quando o banco Lehman Brothers, uma das maiores instituições de investimentos do país, quebrou. Foi, então, que a contaminação do sistema financeiro se espalhou pelo mundo, gerando falta de confiança e impactando o mundo todo.

Mesmo com a retração em 2009, os dados positivos que o Brasil já vinha registrando ajudaram a manter o grau de confiança no país.

Veja no gráfico abaixo a variação do **PIB** brasileiro:

Naqueles anos, o Brasil também se beneficiou do chamado boom das commodities - que, na época, impulsionou as exportações brasileiras, com uma China superaquecida - e de uma série de medidas do governo para incentivar a economia local em meio à crise global.

O resultado foi o maior avanço do **PIB** na história recente do Brasil, de 7,5%, em 2010. Foi esse cenário que garantiu mais uma elevação da nota de crédito do país em 2011 pela S&P, Fitch e Moody s.

A dívida do setor público em relação ao **PIB**, outro ponto essencial na análise das agências, também vinha em processo de melhora - ou seja, de redução - no início dos anos 2000.

Em 2003, a dívida era, em média, de mais de 70% em relação ao **PIB**. E esse valor foi caindo, chegando a 63% em 2007. Então, era uma relação decrescente, o que é positivo aos olhos das agências. Significa um esforço fiscal , explica Alex Nery.

Veja no gráfico abaixo:

O caminho inverso começou a ser desenhado anos depois, até resultar na perda de grau de investimento e em novas reduções na nota do Brasil.

Em 2014, a dívida do governo em relação ao **PIB** iniciava um movimento de alta mais evidente, chegando ao patamar de 70% em 2015 - ano em que o país deixou de ter o selo de bom pagador.

A dívida pública seguiu em alta, atingindo a casa de 80% do **PIB** em 2017. O cenário foi o suficiente para duas novas quedas de notas do país: em 2016 e 2018.

Nesses anos, a nota do país caiu de BB+ para BB- tanto pela S&P quanto pela Fitch. Na Moody s, a queda foi de Baa3 para Ba2.

O que esperar pela frente

O Brasil está a dois degraus de obter selo de bom pagador. Para Alex Nery, no entanto, algumas barreiras têm dificultado a elevação da nota brasileira. Uma delas é o fato de o país enfrentar um histórico político recente mais turbulento do que em meados de 2008.

Temos também fatores como a pandemia de Covid-19 e todo um endividamento que foi surgindo a partir dos eventos recentes. Isso não quer dizer que o Brasil não vai conseguir grau de investimento, mas ainda é preciso fazer a lição de casa e colocar as coisas em ordem , diz o professor da FIA.

No caso da Moody s, a perspectiva positiva lançada pela agência em maio deste ano sinaliza que, com o cenário atual, a empresa pode elevar a nota do país em um degrau rumo ao selo de bom pagador. (reveja na arte no início desta reportagem)

A perspectiva estável , na prática, significa que não há tendência nem de elevação nem de queda da nota.

Após a empolgação do mercado com as aprovações das reformas tributária e da Previdência - que beneficiaram a nota brasileira nas últimas decisões -, o desafio, agora, está na execução e na condução dessas e outras medidas já aprovadas no país.

Alex Nery, da FIA, também inclui na conta o arcabouço fiscal, que ficará no radar das agências daqui para frente. O desenho do arcabouço é interessante, mas, se mudar muito a meta fiscal, ele perde credibilidade. Esse é outro fator de atenção para as agências de risco , conclui o especialista.

**Site:**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/10/02/moody-s-entenda-por-que-a-agencia-decidiu-elevar-a-nota-de-credito-do-brasil.ghtml>

# Brasil assume Brics em 2025 com agenda mais ampla que a do G20

**Marsílea Gombata De São Paulo**

Com uma agenda mais econômica que a do G20, a presidência do Brasil no Brics em 2025 buscará impulsionar mudanças no sistema financeiro e monetário internacional, questionando eixos do sistema de Bretton Woods. Serão prioridade temas como uso de moedas locais para transações comerciais, o gerenciamento de moedas digitais por bancos centrais e um acordo de tributação internacional.

Temas centrais do Brasil no G20 como taxação dos superricos, finanças sustentáveis, voltadas para a transição energética, e o combate à fome e à pobreza também devem ter continuidade no Brics. Devem estar em evidência ainda na agenda do Brasil tópicos como cooperação aduaneira, poupança de países emergentes, projetos do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, o banco do Brics), e investimentos em infraestrutura.

Ainda que os esforços estejam centrados na finalização do G20 no Brasil, os preparativos para a Cúpula de Líderes do Brics, entre os dias 22 e 24 de outubro, em Kazan, na Rússia, já começaram. A presidência brasileira do Brics, que tem início em janeiro de 2025, deve detalhar suas propostas e prioridades apenas em dezembro e apresentá-las aos outros membros no início do ano que vem, preveem fontes diplomáticas.

"Uma parte da agenda do G20 terá continuidade e será levada para o Brics, como finanças sustentáveis, cooperação tributária, com uma cobertura tributária internacional mais forte e mais presente, e também coisas que tocam profundamente na origem do Brics, como a questão de uma rede de segurança financeira global, mais diversificada, com incentivos ao comércio com moedas locais, reciclagem de reservas entre os países do Brics, ampliando sua capacidade de financiamento", diz Antonio Freitas, subsecretário de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica do Ministério da Fazenda.

Ele lembra que as deliberações ocorrem em nível técnico e ainda não foram validadas politicamente em alto nível por ministros e outras autoridades, tampouco passaram pelo Itamaraty, Banco Central e Presidência da República.

"Temos uma tradição importante na origem do Brics. O Brasil tinha um papel de liderança nas discussões sobre a reforma da governança mundial e continuamos batendo bastante nessa tecla, vendo a necessidade de adaptação das instituições de Bretton Woods às novas realidades da economia global e, ao mesmo tempo, construindo caminhos complementares, não alternativos, com o objetivo de diversificação e fortalecimento das economias emergentes", afirma.

Ele destaca a experiência adquirida na presidência do G20 neste ano e afirma que a ideia é implementar o que foi aprendido por meio da capacidade de articulação e diálogo do Brasil para se avançar também em frentes como o combate à fome e à pobreza.

"Sem dúvida, o Brics também terá um olhar importante para esses temas. [Isso] é inevitável no governo do presidente Lula", diz.

Freitas afirma que, em paralelo à finalização do G20, Itamaraty e Ministério da Fazenda estão dando início ao planejamento e às reflexões sobre o que será proposto e como se dará o encaminhamento dessas propostas durante a presidência brasileira do Brics.

"A presidência brasileira refletirá aquilo que é a política externa brasileira: a defesa do multilateralismo, a promoção de reformas na governança, o que é caro ao Brics, mas também essa agenda da sustentabilidade e transição energética, guardadas as devidas proporções porque no Brics há países produtores de petróleo", diz o embaixador Eduardo Saboia, sherpa (negociador) do Brasil no Brics. "Mesmo assim, há margem para isso. E para a questão da fome, da pobreza e da redução das desigualdades. Essa é uma pauta que defendemos no G20 e faz todo sentido que persigamos também no Brics."

A avaliação de diplomatas, técnicos e assessores envolvidos nos preparativos é que o Brasil está engajado no grupo, independentemente de estar na presidência ou não. Na Cúpula de Joanesburgo, no ano passado, por exemplo, o presidente Lula enfatizou a necessidade de reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e de plataformas que facilitem o comércio e os investimentos entre os

países do grupo.

Ainda que a presidência comece oficialmente em janeiro, o Brasil já deu a largada à sua liderança em outubro, antes mesmo da Cúpula na Rússia, na reunião ministerial que ocorreu à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, semana passada, em Nova York.

A orientação é que a maioria das reuniões ocorra no primeiro semestre de 2025, antes da cúpula prevista para julho. Diferentemente do G20, os encontros devem ser concentrados em Brasília. Entendeu-se que, além de questões logísticas, nem todas as cidades estão preparadas para reuniões desse porte, conforme constatado ao longo do G20, dizem fontes.

A presidência no Brics também será estratégica para a atração de investimentos, diz Larissa Wachholz, sênior fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), ex-assessora especial do Ministério da Agricultura.

"O Brasil ser sede das reuniões no ano que vem é uma oportunidade para levarmos adiante pautas relacionadas a negócios, atração de investimentos e formação de novas parcerias", afirma.

"Apesar de ser um agrupamento que tem em sua concepção questões políticas, são países de economias emergentes, o que se torna positivo para negócios e alavancagem de recursos para projetos prioritários aqui."

Ela argumenta ainda que parte desses investimentos podem servir para financiar obras de infraestrutura sustentável e hidrelétrica.

"O Brics conseguiu colocar de pé o NDB, que é um banco multilateral com perfil de projetos sustentáveis", diz, ao lembrar que o Brasil recebeu cerca de 18% do total de empréstimos concedidos pelo NDB. "Bancos como o NDB não apenas financiam esses projetos, como ajudam a viabilizá-los com o capital de terceiros. Muitas vezes o banco multilateral não usa apenas o recurso que tem, mas também ajuda a captar em outros bancos comerciais e multilaterais."

## Resultados

O ano de 2025 será o da terceira presidência do Brasil no Brics. A primeira ocorreu em 2014, e a segunda, em 2019. A terceira deveria ter sido em 2024, mas Brasil e Rússia trocaram os anos de sua presidência por causa do G20 aqui.

As cerca de 150 reuniões anuais que o Brics costumava realizar passaram a mais de 200 sob a

presidência russa em 2024. Já os grupos de trabalho foram de 40 para mais de 90, segundo diplomatas. O governo brasileiro estaria preocupado em manter o mesmo nível, mas enfrente desafios **impostos** por restrições orçamentárias.

O país que detém a presidência rotativa fica responsável pela organização das reuniões e por elaborar notas conceituais e preparar minutas de declaração. Contudo, diferentemente do G20, que conta com a colaboração de organizações como Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brics não tem esse suporte para elaborar textos.

O Brasil está pressionado a conseguir avanços na agenda do grupo no ano que vem, dado o histórico de suas presidências anteriores.

"O Brasil tem uma tradição de fazer presidências voltadas para resultados mais concretos. Lembre-se que na Cúpula de Fortaleza, em 2014, na presidência brasileira, foi concluída a negociação e assinado o acordo constitutivo do NDB e do Arranjo Contingente de Reservas do Brics (CRA). Então temos essa tradição", diz Saboia.

Além da pressão para avanços concretos nas frentes de trabalho - a sobre o uso de moedas locais para comércio entre os membros é vista como uma das mais promissoras-, a presidência brasileira será marcada pela entrada de novos membros e pela candidatura de países a parceiros do grupo.

Em 2024, somaram-se a Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, Irã, Emirados Árabes, Etiópia, Egito e Arábia Saudita. A Argentina também havia sido convidada, mas declinou.

Hoje há 34 candidatos a países parceiros, cujo grau de envolvimento ainda não foi definido. A expectativa é que se tornem países parceiros do Brics cerca de dez, o que vai exigir esforço logístico e cautela maior por parte do Brasil.

Fazem parte do grupo de candidatos Cuba, Venezuela, Nicarágua, o que causa preocupação, pois alguns deles não têm ciclo "amigáveis" com o Brasil, na avaliação de fontes do governo brasileiro.

"Venezuela de Nicarágua não têm sido amistosos com o Brasil, e não o contrário. Isso, obviamente, é uma consideração que pesará na hora de decidir quem será país parceiros", afirma uma fonte.

"Se estamos falando que deve haver equilíbrio regional, com participação de países latino-

americanos, de países de todos os continentes, como se aceitará um país que brigou com todo mundo na região? Se dará um tapa na cara da região caso esses países sejam aceitos."

A busca por tantos países para se juntar ao Brics indica uma demonstração da vontade de renovação do sistema internacional e a percepção de que essa mudança virá do Sul Global, diz uma fonte do Itamaraty.

"Um sistema internacional mais seguro, mais inclusivo, mais diversificado é do interesse de todos os países", afirma Freitas, ao lembrar a proposta do economista britânico John Keynes, em Bretton Woods, de criar o banco, uma moeda comum utilizada em trocas comerciais, cujo valor seria lastreado em uma cesta de moedas mantidas pelos bancos centrais.

"Claro que o Brics não está discutindo isso, mas a proposta de uma moeda de compensação era de interesse geral. O Brics não está propondo isso, mas um sistema financeiro internacional mais diversificado, mais aprofundado, com mais rede de segurança e estabilidade, com financiamento de longo prazo com taxas de juros mais baixas é do interesse geral dos países. É importante que se tenha um sistema financeiro que seja mais independente de oscilações de países individuais."

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188001?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188001?page=1&section=1)**

# Fazenda divulga lista de casas de apostas liberadas

BETS O Ministério da Fazenda divulgou na noite de ontem a lista com todas as empresas de apostas online (conhecidas como bets), autorizadas a operar no Brasil até dezembro. São 193 sites ligados a 88 empresas. As bets deixadas de fora da relação divulgada pela Fazenda não podem mais fornecer jogos de apostas no Brasil até que consigam a autorização final do governo - com exceção das casas de apostas que operam com concessões estaduais.

A pasta orienta que os usuários recolham o dinheiro depositado nos sites de apostas que deixarão de funcionar. O prazo para a retirada dos recursos é o dia 10 de outubro. Isso porque, já a partir do dia 11, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) começa a derrubar os sites irregulares doar.

A lista de bets que podem continuar a operar foi publicada no site do Ministério da Fazenda. Ela é composta por empresas que solicitaram autorização do governo federal até 17 de setembro para operar sites de apostas no Brasil. As bets são liberadas no Brasil desde o fim de 2018, mas não houve regulamentação durante o governo Jair Bolsonaro (PL). No ano passado, o governo Lula (PT) iniciou esse processo para colocar regras de atuação e de cobranças de impostos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse na segunda-feira (30) em entrevista à Rádio CBN que nos próximos dias mais de 500 sites de bets, portais na internet para jogos eletrônicos, serão banidos do país.

O ministro também reforçou que quem tem dinheiro nesses sites, "peça já" a restituição. Segundo ele, às vezes o valor fica bloqueado no site, para apostas futuras e que as pessoas têm direito a essa restituição.

Ainda de acordo com Haddad, ainda nesta semana serão divulgadas as outras ações para regularizar a atuação das bets, entre elas o banimento de determinadas formas de pagamento para as apostas, a exemplo do Bolsa Família e cartões de crédito.

**Site:**

**<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>**

# Bets e lavagem de dinheiro

Celso Ming é comentarista de Economia

Tarde demais, o presidente Lula levou um susto ao tomar conhecimento de que, somente em agosto, R\$ 3 bilhões (21%) dos R\$ 14 bilhões repassados para famílias do Bolsa Família foram utilizados em plataformas de aposta on-line, apenas com pagamentos via Pix. Cerca de 5 milhões de pessoas das 20 milhões de famílias apostaram com o dinheiro do programa.

Essas casas de apostas faturaram cerca de R\$ 100 bilhões em 2023, dinheiro que foi desviada do consumo e dos investimentos.

Celebridades são contratadas por milhões de reais para fazer publicidade, camuflada por apelos "a apostas com responsabilidade", eventos, times de futebol e programas de TV estampam as marcas dessas bets.

As distorções produzidas por essa modalidade de jogatina on-line vêm sendo denunciadas por analistas. Nunca será demais insistir na reivindicação de que se reveja a atual regulamentação tão perniciososa.

Esta Coluna se volta para focar outra atividade criminosa difundida por essas bets. Trata-se da lavagem de dinheiro, que produz sérias consequências sobre a vida política e sobre a arrecadação.

Não há estatísticas confiáveis sobre quanto as bets concorrem para com essas práticas. Mas há fatos e há indícios suficientemente alarmantes de que vão adquirindo grandes proporções. O cantor Gustavo Lima, proprietário de 25% de uma casa de apostas on-line, está sendo acusado de lavagem de dinheiro e de convivência com a bandidagem.

Também se multiplicam informações de que organizações criminosas, como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), vêm usando as bets para lavar dinheiro do tráfico e financiar suas atividades.

Essas atividades a gente já sabe quais são. Além de espalhar o tráfico de drogas, dedicam-se ao aliciamento de políticos, a "convencer" juizes e a promover lobbies que aprovem leis do seu interesse nas três instâncias de governo para controlar a máquina pública, como a dos transportes coletivos na cidade de São Paulo, da qual arrancam mais recursos

para seus objetivos.

Essas bets não atuam apenas para corroer o poder aquisitivo da população vulnerável e empurrá-la para uma vida mais miserável.

Concorrem para o fortalecimento do poder paralelo que, além de quebrar o monopólio da força, prerrogativa do Estado, trabalha para minar a capacidade de governança.

As casas de apostas on-line foram legalizadas em 2018, no governo **Temer**, mas a regulamentação só foi sancionada no início de 2024 - mais para saciar a fome arrecadatória do governo Lula do que para organizar o segmento. Um dos argumentos mais usados para justificar a nova lei foi o de que contribuiria para aumentar a arrecadação em pelo menos R\$ 3 bilhões por ano. Ora, entre os efeitos pretendidos pela lavagem de dinheiro está o de sonegar **impostos**.

O temor é o de que o alastramento dessa febre aumente a inadimplência, que hoje alcança mais de 25% das famílias brasileiras e, em consequência, eleve os custos do crédito.

**Site:** <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

# Com incerteza fiscal, decisão surpreende especialistas

**I CAROLINE ARAGAKI, MATEUS FAGUNDES, RENATA PEDINI e EDUARDO LAGUNA**

A decisão da agência de classificação de risco Moody's de elevar para Ba1 o rating do Brasil - deixando o País a um degrau de retomar o chamado grau de investimento - surpreendeu analistas do mercado financeiro, para os quais o anúncio ocorre em um momento de aumento de incertezas sobre a solidez da atual política fiscal do governo.

"Surpreendeu muito os analistas, que estão cada vez mais preocupados com a ascensão da dívida pública, em paralelo a juros reais muito elevados, apesar do contexto cíclico muito favorável", afirmou Carlos Kawall, ex-secretário do Tesouro e sócio-fundador da Oriz Partners. "É como se a decisão (da Moody's) fosse mais retrospectiva, levando em conta o que o Brasil já conquistou em crescimento com base em reformas, e menos prospectiva, considerando as projeções e inquietações sobre o futuro da sustentabilidade fiscal." Economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack vai na mesma direção, ressaltando que, desde o início do ano, houve deterioração da percepção sobre a política fiscal - com muito esforço do governo na ponta da arrecadação, mas pouco no que se refere a corte de gastos. "Provavelmente, isso (a decisão da Moody's) deve impactar positivamente os ativos domésticos, mas definitivamente não muda a percepção de risco que o mercado tem em relação à condução das contas públicas", disse ela.

Ao justificar a mudança de rating, a Moody's afirmou que levou em conta "melhoras materiais no crédito", mas ressaltou também que a credibilidade do arcabouço fiscal ainda é "moderada", o que se reflete no custo "relativamente elevado" da dívida interna.

"PESO". Para o estrategista-chefe da RB Investimentos, Gustavo Cruz, a Moody's parece ter colocado um peso maior nos dados de crescimento econômico ao elevar a nota do Brasil. "O Brasil está caminhando para o terceiro ano seguido com crescimento perto dos 3%, sem dúvida isso deve ter pesado", afirmou.

Mas chama a atenção, segundo Cruz, o fato de a mudança vir em um momento de maior dúvida sobre a política fiscal.

"Não deixa de ser diferente do que o que a Fitch falou na semana passada", disse. "Mesmo assim, é uma notícia muito positiva." Na semana passada, a Fitch divulgou relatório dizendo que o crescimento do **PIB** não elimina os desafios fiscais do País.

O mercado se comportou bem após a notícia de elevação do rating brasileiro pela Moody's, mas o que deve prevalecer vai ser o quanto os investidores vão demandar de prêmio para carregar a dívida pública, afirmou a diretora de macroeconomia para o Brasil do UBS Global Wealth Management, Solange Srour. "Essa classificação, de uma agência só, não vai ser suficiente para gerar uma melhora de mercado, de preço de ativos." Segundo ela, há ausência de fluxo de recursos estrangeiros para países emergentes, incluindo o Brasil, ainda que o cenário externo esteja favorável com queda de juros nos Estados Unidos e perspectivas de estímulos na China.

Na política monetária, Solange vê intensificação do ritmo de alta da Selic, para 0,50 ponto porcentual. "Teria de vir uma notícia muito positiva, que não essa de upgrade, mas uma notícia de fundamento positiva, como algum anúncio fiscal irrelevante, para conseguir baixar as expectativas de **inflação**."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# "Só um ajuste fiscal mais crível retomará grau de investimento"

**LUIZ GUILHERME GERBELLI**

ENTREVISTA: Sergio Vale, Economista formado pela FEA/USP e mestre em Economia pela mesma instituição; é consultor da MB Associados

O economista-chefe da consultoria MB Associados, Sergio Vale, avalia que a economia brasileira precisará de uma mudança fiscal muito grande se quiser retomar o grau de investimento, perdido em 2015.

Na leitura de Vale, a decisão da Moody's teve como base "uma visão bastante otimista do cenário econômico", e uma mudança fiscal crível só deve ocorrer num próximo governo.

"Vamos precisar esperar um novo governo em 2027 para que, se tiver um ajuste fiscal mais crível, eventualmente, dependendo da solidez desse eventual próximo ajuste, a gente possa pensar em voltar a virar grau de investimento", diz.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida ao Estadão: Como o sr. avalia a decisão da Moody's?

Aumento de nota é sempre positivo no sentido de melhora da percepção de crédito para as empresas e da percepção geral da economia, mas, de qualquer maneira, coloca um pouco de dúvida por causa do momento fiscal ainda muito desafiador que o País vive. A Moody's fez essa decisão olhando muito o cenário de crescimento, estamos com uma **inflação** baixa. São condições econômicas favoráveis.

Mas o grande ponto central, que era também o grande elemento que ajudou o País a virar grau de investimento em 2008 e que falta muito hoje, é um equilíbrio fiscal mais consistente. Não temos isso. Olhando para frente, fica a dificuldade de a Moody's poder justificar subir a nota e virar grau de investimento em algum momento.

Vamos precisar de uma mudança fiscal muito significativa para isso acontecer.

Na sua avaliação, a Moody's deu o peso correto para a questão fiscal no **comunicado**?

Ela fala do arcabouço, fala do cenário fiscal que a gente tem melhorado, mas o foco, de fato, é nesse

cenário econômico relacionado a crescimento e **inflação**, das condições mais gerais da economia. Foram alguns anos seguidos de mais crescimento.

Mas tudo isso não é suficiente ainda para voltar para a condição que tínhamos em 2008. Quando o País perdeu a nota (de grau de investimento), em 2015, foi justamente porque houve uma deterioração fiscal significativa naquele momento.

A gente não conseguiu ainda encontrar um momento de retomada mais consistente e crível da política fiscal para justificar voltarmos para o grau de investimento.

Acho que isso não vai acontecer nos próximos dois anos. Vamos precisar esperar um novo governo em 2027 para que, se tiver um ajuste fiscal mais crível, eventualmente, dependendo da solidez desse eventual próximo ajuste, a gente possa pensar em voltar a virar grau de investimento. Mas, hoje, a gente não tem condições fiscais para isso acontecer.

Houve uma precipitação da Moody's?

Foi uma decisão com uma visão bastante otimista do cenário econômico, especialmente porque esse cenário fiscal coloca desafios do ponto de vista do gerenciamento geral da economia.

Já está trazendo dificuldades para o Banco Central na política monetária, coloca riscos via pressão de demanda na **inflação** como estamos vivenciando agora. No cenário econômico geral, a política fiscal é o centro dos problemas quando a gente olha a possibilidade do crescimento sustentável nos próximos anos.

O arcabouço dá conta de fazer essa mudança?

O arcabouço nunca deu conta, na verdade. Quando chegar no fim de quatro anos desse governo Lula, provavelmente, haverá um aumento de dívida que vai ficar na casa de 12 pontos percentuais. A gente saiu de 72% do **PIB**, no fim de 2022, para chegar talvez a 84% do **PIB** em 2026. Em quatro anos, (um aumento de) 12 pontos percentuais está longe de ser um ajuste fiscal ideal. Essa ideia do governo de olhar a meta do primário, de que está entregando um déficit de 0,25% (do **PIB**), não é um déficit efetivo.

É um déficit que, consistentemente, neste ano, no próximo e, provavelmente, em 2026 vai ficar na casa de R\$ 70 bilhões.

Ou seja, a dívida vai continuar subindo. A gente está caminhando para, em algum momento, a partir de 2027, ter uma regra que talvez tenha de olhar para a dívida com mais intensidade. Não vai bastar olhar para uma meta de (resultado) primário.

"Vamos precisar esperar um novo governo em 2027 para que, se tiver um ajuste fiscal mais crível, eventualmente, a gente possa pensar em voltar a virar grau de investimento"

"Quando o País perdeu o grau de investimento, em 2015, foi porque houve uma deterioração fiscal"

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Melhora é esforço de vários governos

**ALVARO GRIBEL**

A melhora da nota de crédito do Brasil pela agência Moody's é reflexo dos esforços dos últimos três governos, que aprovaram uma série de reformas econômicas, a despeito da polarização política. Ainda assim, a decisão é uma vitória para a atual equipe econômica, que vive uma crise de credibilidade entre economistas e investidores, ao mesmo tempo que tenta convencer o presidente Lula a adotar medidas que evitem a implosão do arcabouço fiscal.

Segundo a Moody's, o Brasil está crescendo acima do esperado, e essa é uma grande surpresa positiva - mesmo que o País mantenha uma política fiscal de credibilidade "moderada".

O principal no relato da agência, contudo, é a citação às diversas reformas que foram aprovadas desde 2016, incluindo a reforma trabalhista (governo **Temer**), a independência do Banco Central (governo Bolsonaro) e também a **reforma tributária** (governo Lula). Ou seja: o País avançou na economia sob três espectros políticos diferentes.

A decisão da Moody's reforça a visão de que a equipe econômica do governo Lula se parece pouco com a equipe da expresidente Dilma Rousseff. Esse é o grande temor de quem acompanha as contas públicas.

Em conversas reservadas, ministros e secretários demonstram preocupação com a questão fiscal, e isso certamente foi levado em conta pelos técnicos da agência, que tiveram reuniões recentes a portas fechadas com o alto escalão do governo.

O ponto de maior fragilidade na visão da Moody's, contudo, é a projeção da agência de que a dívida bruta do País irá estabilizar em torno de 82% do **PIB** nos próximos anos. O número é considerado excessivamente otimista, já que a dívida bruta chegou a 78,5%, um aumento de 4,1 pontos em relação ao número de dezembro de 2023.

Conta a favor do Brasil, contudo, o fato de vários países do mundo estarem ampliando gastos, com aumento rápido da dívida. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), por exemplo, o governo americano está com dívida de 103% do **PIB**; a Inglaterra, 123%; Canadá, 104%; e até outros países emergentes estão com números altos, como Índia (82%), China (88%) e África do Sul (75%).

Sequência Moody's destaca em seu relatório as reformas aprovadas no País desde 2016

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Juro depende de esforço fiscal, afirma Campos Neto

*I CÍCERO COTRIM/ BRASÍLIA*

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ontem que o Brasil precisará, no médio prazo, de um programa que gere a percepção de um choque fiscal positivo se quiser conviver com juros mais baixos de forma sustentável.

"Optar por juros artificialmente mais baixos sem ter a âncora fiscal é equivalente a produzir um ajuste via **inflação** no médio prazo", disse ele, em evento em São Paulo. "A gente precisa buscar uma harmonia entre a política fiscal e a política monetária." Segundo o presidente do BC, o mercado vem falando repetidamente da importância de transparência da política fiscal.

Isso significa, explicou, que é importante saber que o resultado primário, de fato, representa um esforço fiscal associado ao número.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Em revisão, governo libera mais recursos para o PAC

**DANIEL WETERMAN BRASÍLIA**

O governo aumentou o congelamento de gastos em Saúde e Educação e liberou recursos de ministérios com mais obras vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), conforme decreto assinado anteontem.

O decreto traz o detalhamento da contenção de gastos no Executivo anunciada no último dia 20. Em julho, o governo havia congelado R\$ 15 bilhões em despesas do Orçamento.

Os programas Farmácia Popular e Auxílio Gás e os projetos envolvendo a concessão de rodovias foram, à época, os mais afetados. Mas como a equipe econômica anunciou depois a liberação de R\$ 1,7 bilhão em despesas, a tesourada caiu para 13,3 bilhões, e a distribuição do corte entre os ministérios mudou.

Há dois meses, o valor se dividia entre bloqueio e contingenciamento.

As duas medidas têm o mesmo efeito prático: congelar o pagamento daquele recurso no Orçamento.

Agora, o bloqueio aumentou em R\$ 2,1 bilhões e o contingenciamento foi desfeito, o que fez com que alguns órgãos saíssem "ganhando" e outros "perdendo" recursos que podem gastar.

No contingenciamento, o governo congela despesas quando há frustração de receitas, a fim de cumprir a meta fiscal (saldo entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida). Para este ano e para 2025, a meta prevê zerar o déficit das contas públicas.

Como a meta tem uma banda (intervalo de tolerância) de 0,25 ponto porcentual do **PIB** para cima ou para baixo, o governo cumpre a meta desde que não extrapole o piso da banda - ou seja, um déficit de R\$ 28,8 bilhões.

Já o bloqueio é realizado para cumprir o limite de despesas do arcabouço fiscal. Assim, quando há aumento de gastos obrigatórios (como aposentarias, por exemplo), o governo bloqueia despesas não obrigatórias (como custeio e investimentos) para compensar.

**DIVISÃO.** O Ministério da Saúde tinha uma contenção total R\$ 4,4 bilhões em gastos, e o bloqueio aumentou agora para R\$ 4,5 bilhões. A pasta é o órgão com o maior valor congelado em toda a Esplanada dos Ministérios. O Ministério da Educação, por sua vez, tinha R\$ 1,3 bilhão congelado e, depois do decreto, passou a ter R\$ 1,4 bilhão que não poderá gastar, em valores arredondados.

O Ministério das Cidades segue como a segunda pasta mais afetada, mas o corte total caiu de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 1,8 bilhão. No Ministério dos Transportes, a tesourada diminuiu de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 986 milhões.

"A distribuição por órgão teve como diretrizes a continuidade das políticas públicas de atendimento à população e o compromisso do governo federal com a meta de resultado fiscal estabelecida para o ano de 2024", afirmou o Ministério do Planejamento e Orçamento, ao divulgar o detalhamento.

O dinheiro só pode ser liberado se as contas ficarem em dia, o que não é o cenário do momento, pois o bloqueio aumentou em função do crescimento das despesas obrigatórias, como aposentadorias e benefícios previdenciários - programações que o Poder Executivo não pode deixar de cumprir. Os ministérios ainda farão a escolha de quais programas e serão afetados pelo bloqueio adicional.

O governo liberou um total de R\$ 1,75 bilhão em relação ao que estava congelado anteriormente.

Somando todos os ministérios, houve uma liberação de R\$ 827 milhões para o PAC. Nas despesas sob controle dos ministérios, houve um alívio de R\$ 647 milhões.

O governo Lula também autorizou a liberação de R\$ 274 milhões em emendas parlamentares, incluindo emendas de bancada e emendas de comissão, que, apesar do decreto, seguem suspensas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Foco Considerando a dotação de todos os ministérios, houve uma liberação de R\$ 827 milhões para o PAC

Valores R\$ 4,5 bi é o novo valor bloqueado do

Ministério da Saúde, de acordo com decreto publicado pelo governo. A pasta de Educação também terá de lidar com um corte maior de despesas. Valor passou de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 1,4 bilhão

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Melhora na nota de crédito

**PAULO RENATO NEPOMUCENO, THAÍS BARCELLOS,  
JULIANA CAUSIN E GLAUCE CAVALCANTI**  
*economia@oglobo.com.br RIO. BRASÍLIA E SÃO PAULO*

A agência de classificação de risco Moody's elevou a nota de crédito do Brasil de Ba2 para Ba1, o que deixa o país a apenas um degrau de retomar o grau de investimento, espécie de selo de bom pagador que é referência para investidores. A agência, que também manteve a perspectiva positiva para o país, justificou a melhora citando crescimento robusto e histórico de reformas, mas pondera que a credibilidade do arcabouço fiscal ainda é "moderada", o que tem impacto no custo da dívida.

"Essa elevação reflete melhorias substanciais no crédito, que esperamos que continuem, incluindo um desempenho de crescimento mais robusto do que o avaliado anteriormente e um histórico crescente de reformas econômicas e fiscais que conferem resiliência ao perfil de crédito, embora a credibilidade do arcabouço fiscal do Brasil ainda seja moderada, como refletido no custo relativamente alto da dívida", diz trecho do relatório.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou e aproveitou para defender a agenda da equipe econômica de reequilíbrio das contas públicas.

-Estamos a meio degrau de grau de investimento, porque estamos a um degrau com viés positivo - afirmou. -Não está dado. Temos um trabalho a fazer, mas é uma possibilidade concreta. O que parecia muito distante, parece que está à mão, se não tivermos receio de tomar medidas necessárias para o reequilíbrio das contas.

Segundo o ministro, é importante perseverar no equilíbrio entre a política fiscal e a monetária, o que vai possibilitar a estabilização da relação dívida/**PIB**. Haddad afirmou que o desequilíbrio foi o que levou à perda do grau de investimento em 2015.

- Se não baixarmos a guarda em relação às despesas e às receitas, acredito que podemos completar o mandato do presidente Lula retomando o grau de investimento -disse o ministro.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Haddad se reuniram, em Nova York, com representantes de Moody's, S P e Fitch, de olho na possibilidade de recuperação da nota do país. As agências avaliam a capacidade de uma instituição ou

país pagar suas dívidas. O Brasil alcançou pela primeira vez o grau de investimento em 2008, no segundo governo Lula, mas perdeu o selo em 2015, no contexto da crise econômica deflagrada pelas pedaladas no governo de Dilma Rousseff.

Segundo a Moody's, a dívida brasileira deve se estabilizar no médio prazo, mas em nível relativamente alto. A agência de risco revisou o crescimento do **PIB** para 2,5% neste ano, uma projeção mais conservadora do que a média do mercado, de 3%.

## ALERTA PARA O FISCAL

A agência afirma que a rigidez estrutural nos gastos e o aumento das despesas obrigatórias são fatores limitantes para a eficácia da política econômica: "essas limitações pesam na credibilidade da política fiscal e complicam os esforços contínuos para cumprir as metas fiscais, o que prejudica a eficácia da política e contribui para prêmios de risco relativamente altos".

Para Tony Volpon, ex-diretor do Banco Central e professor da Georgetown University, a Moody's "comprou a tese" de que o crescimento é mais permanente, fruto de uma série de mudanças feitas ao longo de vários governos. E sublinha que o relatório da agência provoca Haddad para o avanço em medidas fiscais: -Além do outlook positivo, a agência "joga uma cenoura" para Haddad ao dizer que, se o Brasil fizer algo sobre a rigidez dos gastos no Orçamento e adotar medidas fiscais para conter a alta de gastos obrigatórios, poderia levar o Investment Grade - destacou. - Em paralelo, diz que se o **PIB** cair, seria negativo, com impacto adverso para a nota.

O grau de investimento, porém, dificilmente viria ainda neste governo, avalia o especialista. E que, ainda que o Brasil esteja "na boca do gol", a questão fiscal não é um problema fácil de resolver, argumenta. Volpon lembra que o avanço da economia pode ser efeito de um gasto fiscal em excesso desde a PEC da Transição.

-Governos costumam fazer reformas no início, com tempo para absorver. E tentam gastar mais quando está mais próximo das eleições. Este, porém, gastou muito no começo -afirmou.

Tatiana Pinheiro, economista-chefe da Galapagos Capital, afirma que as reformas aprovadas no país nos últimos anos criaram mais segurança jurídica para viabilizar investimentos. A perspectiva positiva da nota

de crédito, ela diz, sinaliza a análise de perto pela agência do único fator pendente: a condução fiscal. Caso haja indicação de melhora no ponto, há mais chances de a agência revisar para cima o atual nível: - Se a condução fiscal for feita no sentido de queda da relação dívida/PI B, é grande a probabilidade do caminho para o grau de investimento. A chave para o sucesso é o aumento dessa credibilidade. A lição de casa está no lado dos gastos -ela diz.

O grau de investimento, diz a economista-chefe, é um fator necessário para uma maior entrada no país do fluxo de capital estrangeiro. O atual nível, de grau especulativo, funciona como uma barreira para parte dos investidores.

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, há dúvida se o equilíbrio do cenário fiscal do país sustentaria nova elevação da nota nos próximos dois anos. Vale projeta que, nos quatro anos do governo Lula, a dívida deve subir cerca de 12 pontos percentuais, passando de 72% para 84% do **PIB**. Para ele, o cenário é diferente do de 2008.

- Esse cenário fiscal, com déficit recorrente, me coloca um pouco de dificuldade de acreditar que estamos em um caminho fiscal equilibrado e a um passo de chegar ao grau de investimento, como a Moody's sinaliza - disse o economista, destacando que a notícia é "positiva" e tem como efeito a tomada de crédito mais barata por parte das empresas.

#### CUSTO DO CRÉDITO MENOR

Luiz Carlos Mendonça de Barros, economista e ex-presidente do BNDES, avalia que o déficit público deve ficar entre 0,5% e 0,6% do **PIB** este ano. Se o país mantiver crescimento do **PIB** entre 2% e 3%, ele acredita que é possível reconquistar o selo de bom pagador: - A elevação da nota de crédito hoje (ontem) é importante porque acaba com as análises pessimistas. Muita gente na Faria Lima está passando vergonha.

O ex-presidente do Banco Central (BC), Gustavo Loyola, observa que o desempenho do **PIB** este ano, que superou as expectativas dos analistas, contribuiu para a elevação da nota, e não descarta a possibilidade de o Brasil alcançar o grau de investimento ainda durante o governo Lula, desde que o cenário fiscal não piore.

-Tenho dúvidas e não acho que seja tão fácil assim, mas é possível - disse Loyola, que considera a avaliação da agência "otimista". - Eles acreditam que a dívida vai estabilizar, mesmo em um patamar elevado. Não tenho tanta certeza.

O ex-presidente do BC lembra que a melhora da nota é positiva para o país e melhora as condições de financiamento para as empresas brasileiras, com facilitação de acesso ao crédito internacional.

- Estamos a meio degrau degrau de investimento, porque estamos a um degrau com viés positivo. Não está dado. Temos um trabalho a fazer, mas é uma possibilidade concreta. O que parecia muito distante, parece que está à mão, se não tivermos receio de tomar medidas necessárias para o reequilíbrio das contas Fernando Haddad, ministro da Fazenda

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Crise no Oriente Médio abala mercados

**Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Arthur Cagliari, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet e Eduardo Magossi De São Paulo**

A escalada do conflito no Oriente Médio, com os ataques diretos do Irã a Israel, provocou ontem um forte ambiente de aversão a ativos de risco ao redor do mundo. Os reflexos foram observados na queda das ações em Nova York, na disparada dos preços do petróleo e na valorização do ouro, que voltou a se aproximar de suas máximas históricas. No Brasil, no entanto, o comportamento do mercado local foi menos negativo e, apesar da leve alta do dólar, os ganhos das ações da Petrobras conseguiram sustentar o Ibovespa em terreno positivo.

A tensão nos mercados ganhou força com os relatos de que o Irã estava se preparando para lançar mísseis contra Israel, após o início da ofensiva terrestre israelense no Líbano. O movimento de aversão a risco se intensificou ainda mais após Israel ter confirmado que o Irã havia lançado cerca de 200 mísseis contra seu território, ainda que muitos tenham sido interceptados no espaço aéreo da Jordânia.

Nesse contexto, os temores de uma interrupção na oferta de petróleo do Irã, que gira em torno de 1,5 milhão de barris por dia, fizeram disparar os preços da commodity, que chegaram a subir mais de 5% nas máximas da sessão. O contrato futuro do Brent para dezembro acabou fechando o dia em alta de 2,6%, a US\$73,56 o barril na 1CE, em Londres.

Ao mesmo tempo, o aumento nos riscos geopolíticos e os receios de que a escalada do conflito possa desencadear uma guerra aberta na região, com envolvimento das maiores potências militares do mundo, acabaram gerando forte demanda por ativos de segurança.

O ouro terminou a sessão em alta de 1,16%, a US\$ 2.690,30 a onçatroy. O índice DXY - que mede a força do dólar frente a uma cesta de seis moedas de países desenvolvidos - chegou a subir 0,70% durante o dia. A taxa da T-note de dez anos, que recua quando os preços dos títulos sobem, caiu de 3,787% para 3,744%, em mais um sinal de busca por proteção nos mercados.

Os índices de Nova York, por sua vez, também caíram. O Dow Jones teve queda de 0,41%; o S P 500 cedeu 0,93%; e o índice eletrônico Nasdaq recuou 1,53%.

Nesse contexto, o índice VIX, popularmente conhecido como "termômetro do medo" de Wall Street, exibiu alta firme no pregão e, nas máximas do dia, chegou a disparar 23,90%, alcançando a marca dos 20,73 pontos. No fim do dia, no entanto, se afastou dos maiores patamares da sessão e fechou em alta de 15,12%, aos 19,26 pontos.

Apesar da volatilidade acentuada no ambiente externo, os efeitos foram mais limitados nos mercados locais. O dólar comercial fechou em alta de 0,31%, cotado a R\$ 5,4640, enquanto o Ibovespa anotou avanço de 0,51%, aos 132.495 pontos, impulsionado pelos ganhos firmes nas ações da Petrobras. Os papéis preferenciais da petroleira subiram 2,67%, enquanto os ordinários avançaram 2,67%.

De acordo com Luciano Telo, executivo-chefe de investimentos para o Brasil no UBS Global Wealth Management, a escalada da tensão no Oriente Médio preocupa, mas, por enquanto, ainda não altera o cenário-base de **inflação** cadente nos Estados Unidos e economia americana em desaceleração gradual, o que deve permitir a continuidade dos cortes de juros pelo Federal Reserve, o BC americano.

"Há um risco de curto prazo, que é o que está acontecendo no mercado, que implica alta do dólar com relação a outras moedas, redução dos yields dos títulos do Tesouro americano e queda das bolsas. Isso provoca uma maior aversão a risco e uma procura pelo ativo mais seguro do mundo, que são os Treasuries, dada a incerteza do conflito. Também pode manter o ouro nessa trajetória de preços mais altos. Mas, até agora, é uma oscilação de preços relativamente pequena e que tende a se dissipar no tempo", avalia.

Segundo Telo, um risco maior a ser monitorado no conflito é o de os preços do petróleo se estabilizarem em níveis bem mais altos, como, por exemplo, US\$ 100 o barril, o que mudaria as perspectivas para juros e **inflação** globais. "Mas, para isso acontecer, a guerra teria que escalar muito mais", diz.

Para André Duarte, sócio e economista sênior da Occam, o mercado deve monitorar nos próximos dias a dinâmica nos preços da commodity. "Os dois grandes riscos, nesse sentido, estão nos conflitos afetarem a produção de petróleo do Irã e de o próprio Irã fechar o estreito de Ormuz, por onde passam cerca de 15% da produção de petróleo do mundo", afirma.

Por enquanto, Duarte diz não ver uma grande pressão para os preços do petróleo porque estes se encontravam em níveis relativamente baixos, se comparado o patamar atual à média dos últimos 24 meses. "Tem muita oferta entrando no mercado, enquanto a demanda parece mais fraca, com a demanda chinesa não crescendo como no passado", explica. "Se o preço do petróleo subir um pouco, não vejo um impacto disso para os mercados emergentes como um todo, a questão é se houver uma alta substancial nos preços a ponto de gerar algum estresse nas economias globais." Já para o diretor de investimentos da BNP Asset Management no Brasil, Gilberto Kfoury, os movimentos exibidos pelo mercado ontem foram de maior conservadorismo dos investidores, devido ao aumento nos riscos geopolíticos. "A grande questão é se o conflito vai escalar ainda mais. Acreditamos que o risco aumentou, sem dúvidas, mas é preciso ver se o Ibrã confirma mesmo as ameaças que vem fazendo ou se a reação vista hoje [ontem] foi um 'one-off'", afirma.

Em sua avaliação, contudo, os efeitos nos mercados locais de juros não são claros. No entanto, diante de um Banco Central que vem subindo as taxas, o apetite por títulos prefixados ainda é contido neste momento. "Em juros reais, permanecemos bem mais confortáveis e acreditamos que essa taxa de 6,5% em alguns vértices da curva de NTN-Bs é um juro muito elevado e insustentável", afirma Kfoury.

Nesse ambiente de aperto monetário local, o Opportunity trabalha com uma visão positiva para o real neste momento, com a perspectiva de aumento no diferencial de juros do Brasil em relação a outras geografias.

"Se olharmos para o fim deste ano, provavelmente o Brasil vai ser um dos emergentes, fora aqueles que estão em situações mais extremas, como Argentina e Turquia, que terá o maior carregamento. Isso dá muita atratividade para a moeda. Nosso cenário base é de desaceleração gradual do crescimento global, não aguda, o que gera um ambiente bom para emergentes", afirma Guilherme Preciado, sócio e membro da equipe de gestão do fundo Opportunity Total.

Ele afirma que as recentes notícias de estímulo na China também conferem algum otimismo ao real. "O mercado tolera algum grau de deslize, imperfeição, mas é essencial transmitir uma mensagem de responsabilidade fiscal. No Brasil, essa preocupação é constante, mas, a priori, teríamos que fazer muita besteira no doméstico para atrapalhar esse ambiente que o global nos proporciona. Temos um viés positivo na moeda, mas operado de forma tática e com

bastante cautela", afirma.

No mercado de juros futuros, as taxas acompanharam a dinâmica apontada pelos rendimentos dos Treasuries e encerraram a sessão em queda firme.

No fim da sessão, o movimento ganhou ainda mais força com a elevação do rating do Brasil pela Moody's, de "Ba2" para "Ba1", o que colocou o país apenas um nível abaixo do grau de investimento. A agência de classificação de risco ainda manteve a perspectiva positiva para a avaliação.

Ao fim do pregão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento para janeiro de 2026 caiu de 12,325% a 12,225%; a do DI de janeiro de 2027 teve queda de 12,38% a 12,255%; e a do DI de janeiro de 2029 cedeu de 12,455% a 12,34%.

23,90% foi a variação máxima do Vix, termômetro do medo

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188001>

# Moody"s deixa nota do Brasil a um passo do grau de investimento

*Victor Rezende, Álvaro Campos, Marcelo Osakabe e Gabriel Roca De São Paulo*

Em um intervalo de exatos cinco meses após ter alterado a perspectiva da nota brasileira para positiva, a agência de classificação de risco Moody"s elevou o rating soberano do Brasil de "Ba2" para "Bal" e, assim, deixou o país a apenas um nível abaixo do grau de investimento. A perspectiva para a nota de crédito também foi mantida como positiva pela Moody"s, que, dessa forma, deu ênfase ao forte desempenho do crescimento econômico do país.

O timing da ação da Moody"s chamou atenção de alguns participantes do mercado, ao ser visto como bastante rápido, já que o intervalo de cinco meses entre a mudança da perspectiva e a alteração da nota é considerado curto. Além disso, a reunião do comitê da Moody"s que decidiu pela elevação do rating ocorreu apenas três dias depois de um encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e representantes das agências de classificação de risco.

Em nota assinada pelos analistas Samar Maziad e Mauro Leos, a Moody"s avalia que a elevação do rating reflete algumas melhoras em métricas de crédito que a agência espera que continuem. Os analistas enfatizam, em especial, o desempenho do crescimento econômico e citam reformas econômicas e fiscais "que emprestam resiliência ao perfil de crédito, embora a credibilidade do arcabouço fiscal do Brasil ainda seja moderada, conforme refletido em um custo relativamente alto da dívida".

Chamou atenção, em particular, o fato de a Moody"s ter mantido a perspectiva positiva da nota de crédito, que reflete "a possibilidade de que o crescimento e a conformidade com o arcabouço fiscal ajudem a aumentar a credibilidade institucional e a reduzir os custos dos empréstimos mais acentuadamente". No momento atual, a agência projeta um crescimento de 2,5% neste ano e diz esperar um desempenho muito mais sólido no médio prazo em relação aos anos anteriores à pandemia.

O desempenho recente, na avaliação da Moody"s, decorre, em parte, do resultado de reformas estruturais implementadas ao longo dos últimos anos. A agência nota que houve uma surpresa positiva entre

2022 e 2024, "refletindo, em parte, fatores cíclicos e o impacto das reformas estruturais". Segundo a Moody"s, o crescimento mais forte neste ano se expandiu para a indústria e o setor de serviços "e foi apoiado por um investimento mais elevado, reforçando as expectativas de que um crescimento mais robusto persistirá".

Já em relação à seara fiscal, a Moody"s avaliou que, apesar do Orçamento de 2025 ser condizente com as metas fiscais, esse ainda é um dos principais riscos para a nota brasileira. Apesar disso, a agência diz esperar que o resultado primário melhore gradualmente, em linha com as metas do governo, nos próximos dois a três anos, dado o ambiente de crescimento "e os esforços do governo para aumentar as receitas e medidas incipientes para cortar gastos".

O aumento persistente nos gastos obrigatórios "limita a capacidade do governo de atingir uma consolidação fiscal mais rápida", de acordo com os profissionais da Moody"s. Além disso, para eles, o déficit primário deve permanecer elevado devido ao pagamento alto de juros. "Na ausência de grandes choques, o cumprimento do arcabouço fiscal levará a dívida pública do Brasil a se estabilizar, no médio prazo, em tomo de 82% do PIB." Apesar do otimismo com a nota soberana, a agência alerta que um fator que limita a eficácia da política do Brasil "é o risco persistente para o cumprimento das metas fiscais devido à rigidez estrutural dos gastos e ao aumento dos gastos obrigatórios, tais como previdência, programas de assistência social e gastos com saúde e educação". Para a Moody"s, essas limitações "pesam na credibilidade da política fiscal e complicam os esforços em curso para cumprir as metas fiscais, o que prejudica a eficácia da política e contribui para prêmios de risco relativamente elevados".

É justamente na dinâmica da política fiscal que reside a maior divergência entre a ação da Moody"s e o apontamento feito por diversos participantes do mercado ouvidos pelo Valor ontem, após a elevação da nota.

"A agência premia um PIB claramente impulsionado por uma política fiscal materialmente expansionista e insustentável", enfatiza o economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, para quem a decisão foi "incompreensível" e "muito controversa", ao

ir na direção oposta do consenso majoritário dos agentes de mercado. "A surpresa no crescimento, utilizada na argumentação, minimiza o efeito da política fiscal bastante expansionista praticada desde o choque da covid." Leal de Barros avalia que a decisão da Moody's "minimiza a evidente deterioração das contas públicas, tanto aquela apurada pelas estatísticas oficiais quanto pelas alternativas, em função do crescente uso da política para fiscal e expedientes por fora do orçamento". Assim, ele avalia que o "upgrade" no rating premia uma política fiscal "inconsistente".

O movimento da agência, poucos minutos antes do fim dos negócios no mercado de juros futuros, deu apoio a uma queda adicional das taxas, especialmente as de prazo mais longo, na reta final da sessão. Além disso, também o dólar futuro virou para o campo negativo, em um possível sinal de apreciação do câmbio doméstico hoje.

"Vimos uma resposta positiva no mercado de juros e uma melhora marginal no real, mas não vejo uma tendência de melhora neste momento, até porque o estrangeiro já está mais otimista do que o investidor local há bastante tempo. Acho que este "upgrade" para o investidor estrangeiro não deva fazer tanta diferença", avalia o diretor de investimentos (CIO) da BNP Paribas Asset Management no Brasil, Gilberto Kfoury.

Para ele, caso apenas a fotografia do Brasil seja observada, o movimento da Moody's pode parecer "um pouco precipitado". "Parece haver uma dinâmica de aceleração da dívida pública e não há muitos sinais de que o governo deve fazer reformas estruturais em alguns gastos que impulsionam essa dinâmica, como a indexação do salário mínimo à Previdência, gastos com assistência social e os pisos de saúde e educação", nota.

Por outro lado, Kfoury observa que outros países "parecem também estar em uma situação bastante complexa do ponto de vista fiscal". Assim, para ele, "talvez a Moody's esteja olhando algo mais relativo e o Brasil, nesse sentido, não tenha piorado", o que pode ter apoiado a decisão de elevação da nota de crédito do país. No entanto, na visão de Kfoury, se o governo não atacar medidas mais estruturais para a dívida se estabilizar, "parece bem difícil" uma nova elevação.

"Tomara que nós, pessimistas, estejamos errados, mas não estou convencido disso neste momento", diz o ex-secretário do Tesouro nacional e diretor da Oriz Partners, Carlos Kawall, ao notar que a perspectiva positiva da nota brasileira "sinaliza um novo movimento do tipo [elevação] em breve".

Ao fazer referência ao último relatório do Instituto Fiscal Independente (IFI), que vê risco de descumprimento das metas de resultado primário em 2024 e em 2025 em meio a riscos como uso de medidas para fiscais, subestimação de despesas, entre outros problemas, Kawall ressalta que esse não é um cenário compatível com o de um país em que reformas econômicas e crescimento pujante permitem antever a estabilização da dívida.

"A Moody's fala em crescimento maior, em melhoras na implementação da política monetária, governança de estatais, ambiente de negócios, reforma trabalhista... Não discordo de nada disso. É um fator de fortalecimento do rating brasileiro. Acontece que esse cenário mais otimista se expressaria em uma queda do prêmio de risco via juros reais baixos. Mas não é o que estamos vendo", enfatiza Kawall.

Para a atual diretora do IFI, Vil-ma Pinto, a melhora do rating "sinaliza passos importantes que já foram dados", mas também alguns pontos que precisam melhorar. "O relatório enfatizou a necessidade de olhar com mais atenção para a sustentabilidade da dívida, uma vez que o risco fiscal não foi totalmente eliminado. O arcabouço foi muito importante, mas ainda é preciso avançarem reformas", diz.

"A agência premia um **PIB** claramente impulsionado por uma política fiscal expansionista e insustentável" Gabriel Leal

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188001>

# País perto do selo de bom pagador

## SÃO PAULO

A agência de classificação de risco Moody's Ratings melhorou a nota de crédito do Brasil de "Ba2" para "Ba1" e manteve a perspectiva em "positiva".

O Brasil ainda está no nível especulativo, mas a um passo do grau de investimento - um selo de bom pagador, com baixo risco de calote para quem investe em seus títulos.

A agência diz que a melhora reflete um crescimento econômico maior e uma série de reformas econômicas e fiscais. As notas de crédito dos títulos de dívida do País estavam inalteradas desde 2016.

"Apesar da credibilidade do cenário fiscal do Brasil ainda ser moderada, um crescimento mais robusto e uma política fiscal coerente vai permitir que o peso da dívida se estabilize no médio prazo, embora em níveis altos", diz o relatório.

Segundo a Moody's, o crescimento nos próximos anos seguirá amplo, com a demanda interna impulsionada por um mercado de trabalho relativamente forte.

Em nota, o Ministério da Fazenda disse que "além de estabilizar a relação dívida/**PIB**, um balanço fiscal mais robusto contribuirá para a redução das taxas de juros e a melhoria das condições de crédito, criando um ambiente favorável à expansão dos investimentos".

A Moody's ainda diz que o desempenho do Brasil surpreendeu positivamente no pós-pandemia, e aumentou a perspectiva de crescimento para este ano para 2,5%.

"Neste ano, o crescimento mais forte se expandiu tanto para os setores da indústria quanto de serviços e foi apoiado por maiores investimentos, reforçando expectativas de que um crescimento mais robusto persistirá", diz o relatório.

Entre as reformas destacadas, estão a independência do Banco Central, a **reforma tributária** e medidas que melhoraram o ambiente de negócios, como a digitalização das finanças e a reforma trabalhista.

A agência, porém, diz que um fator limitante da eficiência dessas políticas é a dificuldade do cumprimento das metas fiscais devido à rigidez das despesas obrigatórias.

"Em um ambiente de crescimento estável e dados os esforços do governo para aumentar receitas e medidas incipientes para cortar gastos, esperamos que os resultados fiscais primários melhorarão gradualmente em linha com as metas do governo ao longo dos próximos 2-3 anos", diz o relatório.

PRÉDIO da Moody's, que elencou reforma trabalhista e independência do Banco Central entre os motivos da melhora

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comemorou a elevação da nota de crédito soberano do Brasil. Ele disse que o relatório "está em linha" com o que a equipe da Fazenda vem defendendo.

"Eu penso que, se o governo como um todo compreender que vale a pena esse esforço, que esse esforço que está sendo feito produz os melhores resultados e continuarmos sem baixar a guarda em relação às despesas, em relação às receitas, fazendo o nosso trabalho, eu acredito realmente que nós temos a chance de completarmos mandato do presidente Lula reobtendo o grau de investimento. Ele não está dado, mas é uma possibilidade concreta", frisou.

Em seguida, Haddad citou, de forma genérica, medidas de reequilíbrio das contas públicas e disse que ainda há "um trabalho a ser feito" no campo da despesa e no campo da receita que pode nos permitir reequilibrar as contas, voltar a baixar a taxa de juros e conseguir o grau de investimento.

"Se o governo como um todo entender que vale a pena esse esforço, sobre despesas, temos a chance do grau de investimento"

Fernando Haddad. ministro da Fazenda

Haddad vê grau até 2026

ENTENDA

Maior chance de receber investimentos

Classificação de risco

É O RATING. a nota dada a uma empresa. um país. um título ou uma operação financeira para medir o risco de crédito. Serve para indicar a capacidade de pagar as dívidas e as chances de não conseguir, atrasando ou dando calote.

OS INVESTIDORES usam os ratings para tomar decisões ao aplicar dinheiro. A nota ajuda a escolher onde investir ou quanto cobrar de juros para compensar riscos maiores.

A AVALIAÇÃO é feita por agências de classificação de risco. As principais são Standard Poor"s. Moody"s e Fit-ch Ratings. que controlam uma parcela de mais de três quartos do mercado global de avaliações de risco.

A BASE DA AVALIAÇÃO são critérios econômicos, sociais e políticos. As agências utilizam diversos indicadores para determinar a nota de um país. Fatores como solidez econômica, reservas internacionais, estabilidade política e distribuição de renda são levados em conta.

AS NOTAS das agências de classificação de risco se dividem em dois grupos: grau de investimento e grau especulativo. O grau de investimento representa um país ou empresa com baixa probabilidade de calote. Por outro lado, o grau especulativo sugere maior risco de inadimplência, afastando potenciais investidores e encarecendo o crédito.

A AUSÊNCIA do grau de investimento afeta diretamente a economia. Um país sem essa classificação enfrenta maiores dificuldades para captar recursos. Isso se traduz em custo mais alto para financiar projetos e dívidas, o que pode prejudicar a economia.

Grau de investimento

O SELO de bom pagador indica aos investidores que uma economia tem baixo risco de inadimplência. Isso garante que as aplicações financeiras de investidores estrangeiros terão um risco muito reduzido.

ASSIM, governo e empresas nacionais têm acesso a empréstimos no exterior em condições mais favoráveis, como juros mais baixos e prazos de pagamento mais longos

EXISTEM fundos de investimento que, por regra, só podem aplicar recursos em países que possuam o grau de investimento. Sem esse selo de bom pagador, um país ou empresa perde a chance de receber esses recursos importantes.

QUANDO OBTIDOS esses recursos costumam ser destinados a projetos de investimento, que podem gerar empregos, aumentar a renda e impulsionar o desenvolvimento econômico de um país a médio e longo prazo

Fonte: Agência Folha

DÓLARES: captação de recursos

# Campos Neto adverte para risco com juro baixo artificial

**Gabriel Shinohara De Brasília**

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que "optar por juros artificialmente mais baixos sem ter a âncora fiscal é equivalente a produzir um ajuste via inflação no médio prazo". Campos Neto destacou que é necessário buscar harmonia entre a política monetária e a política fiscal.

Em evento promovido pela Crescera Capital, o presidente do BC destacou que o país precisa "produzir um regime onde existem expectativas positivas que façam com que as taxas de juros futuras caiam". Segundo Campos Neto, no médio prazo o país vai precisar ter "algum tipo de programa" que gere uma percepção de um "choque fiscal positivo" se a ideia é conviver com juros mais baixos.

O Comitê de Política Monetária (Copom) destacou, na ata da última reunião, que uma política fiscal crível somada à persecução de estratégias fiscais que reforcem o compromisso com o arcabouço "são importantes elementos para a ancoragem das expectativas de inflação e para a redução dos prêmios de riscos dos ativos financeiros, consequentemente impactando a política monetária".

Campos Neto ainda comentou que há "muita notícia boa" no Brasil, citando o crescimento forte e a mão de obra "muito melhor do que qualquer um imaginava". Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego caiu a 6,6% no trimestre terminado em agosto, o menor patamar para o período na série histórica iniciada em 2012.

O presidente do BC ressaltou que a mão de obra está mais apertada, mas considerou que "para esse nível de mão de obra, se a gente olhasse o que a gente chama de Nairu, que é a curva que relaciona a mão de obra com variáveis macroeconômicas, a gente estaria fazendo previsão de inflação muito maior e não está. Acho que essa é uma notícia boa".

Na palestra, Campos Neto ressaltou que a inflação no Brasil está "um pouco melhor", mas destacou que ainda existem preocupações. "Se eu digo que crescimento está acima do potencial, crédito forte e mão de obra apertada, é um trabalho do Banco Central sempre tentar se antecipar um pouco".

Um dos temas pontuados pelo presidente do BC foi o da desancoragem das expectativas de inflação que, segundo Campos Neto, aparecem tanto nos preços de mercado quanto nas expectativas de analistas. A mediana de expectativas para o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), segundo o relatório Focus, ficou em 4,37% em 2024; 3,97% em 2025; e 3,6% em 2026. A meta de inflação para os três anos é de 3% ao ano.

O presidente do BC disse também que a inflação estava começando a convergir globalmente, mas no curto prazo essa convergência parou "um pouco". Campos Neto citou que na América Latina, a inflação cheia está subindo ligada a uma inflação de alimentos e bebidas e ressaltou, globalmente, o efeito da inflação de serviços.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188001>

# "Próximo passo depende de questões fiscais"

**JULIANA CAUSIN**

ENTREVISTA: Samar Maziad, vice-presidente da moodys para risco soberano

A implementação de medidas estruturais para conter o aumento de gastos obrigatórios será determinante para a Moodys "dar um próximo passo" e conceder o grau de investimento ao Brasil, afirma Samar Maziad, vice-presidente da Moody's para risco soberano, que assina a decisão que elevou a nota do Brasil.

Qual foi o fator para a Moody's elevar a nota do Brasil?

As melhoras nas dinâmicas de crescimento, e nossa expectativa de que isso continuará assim, são elemento material que sustentou o perfil de crédito como um todo. Esperamos que, no geral, neste ano e em 2025, o desempenho fiscal esteja alinhado com as metas do governo.

Há expectativa de quando o Brasil retomará o grau de investimento?

Nosso horizonte típico de perspectiva é de 12 a 18 meses, podendo ser um pouco mais longo ou curto. Mas monitoramos os desenvolvimentos de forma contínua. Isso realmente depende de uma melhoria adicional, de forma estrutural, nas questões fiscais subjacentes. O Brasil ainda tem riscos fiscais no perfil de crédito, mas é importante colocar isso no contexto das dinâmicas gerais de dívida e perfil de crédito.

É possível atingir o grau de investimento, mas vocês ainda irão analisar os riscos?

Correto. Para nos sentirmos confortáveis em dar esse próximo passo, precisamos confirmar maior resiliência econômica. Isso está relacionado à capacidade de gerenciar choques sem que a dívida aumente significativamente e à possibilidade de redução da dívida ao longo do tempo. Ao analisarmos os desafios de crédito, falamos sobre a rigidez dos gastos e o aumento das despesas obrigatórias. Os fatores que poderiam elevar a classificação estão relacionados à implementação de medidas estruturais que contenham o aumento das despesas obrigatórias de forma duradoura, proporcionando mais clareza sobre a trajetória da dívida, com estabilização e redução ao longo do tempo.

Quais medidas esperam?

Principalmente, medidas relacionadas à contenção do aumento de gastos obrigatórios. Os gastos obrigatórios relacionados à saúde, educação e benefícios aumentam acima da inflação e, de certa forma, podem aumentar acima dos limites determinados. Isso introduz muitas limitações na capacidade de atingir as metas a longo prazo.

O encontro de Lula e Haddad com as agências influenciou?

Não é um evento único que desencadeia a decisão. É um conjunto de fatores. Tivemos desempenho de crescimento forte no primeiro trimestre.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Campos Neto defende choque fiscal para manter juros baixos

São Paulo - O Brasil precisará de algum programa que gere a percepção de um choque fiscal positivo se quiser conviver com juros mais baixos, disse ontem o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, enfatizando que questionamentos do mercado sobre a trajetória da dívida pública criam dificuldades para o processo de redução de custo dos financiamentos.

Em evento promovido pela gestora Crescera Capital, em São Paulo, Campos Neto disse que optar por juros "artificialmente mais baixos" sem ter uma âncora para as contas públicas equivale a fazer um ajuste via aumento de **inflação** no médio prazo, voltando a defender harmonia entre as políticas fiscal e monetária.

"A gente entende que em algum momento, e estou falando mais de médio prazo, o Brasil vai precisar ter algum tipo de programa que gere uma percepção de choque fiscal positivo se quiser conviver com juros mais baixos", afirmou.

Em setembro, o BC reiniciou um ciclo de alta nos juros básicos, ajustando a Selic em 0,25 ponto percentual, a 10,75% ao ano, defendendo em sua comunicação uma política fiscal crível e transparente.

"Quando a gente vê que o mercado começa a ter questionamentos sobre a trajetória da dívida fica muito mais difícil a gente conviver com juros baixos, a curva de juros longa sobe rapidamente", disse o presidente do BC.

"Optar por juros artificialmente mais baixos sem ter a âncora fiscal é equivalente a produzir um ajuste via **inflação** no médio prazo", disse Campos Neto, ressaltando que esse processo se dá por meio de uma transferência de quem não consegue se proteger da **inflação**, os pobres, para quem consegue se proteger, os ricos.

O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, previu nesta semana que a dívida bruta do governo subirá até se estabilizar em 81% em 2028, patamar mais alto do que o previsto inicialmente pela equipe econômica ao aprovar o novo arcabouço fiscal.

Contabilidade criativa - O governo vem sendo alvo de críticas pelo uso de soluções criativas para ampliar a

contabilização de receitas fiscais ou implementar programas que não gerem pressão no Orçamento, diante das limitações impostas pelas regras fiscais.

Entre as ações estão uma proposta para bancar o auxílio-gás a famílias carentes fora do Orçamento, o uso de fundos privados para financiar políticas públicas e a tentativa de usar a captação de recursos esquecidos por correntista em bancos para turbinar o resultado primário, ponto que enfrenta discordância do BC.

Em outra frente, o governo afrouxou a contenção orçamentária adotada para cumprir regras fiscais, argumentando que seus cálculos apontam para uma receita maior que a esperada compensando uma elevação de despesas obrigatórias. O congelamento de verbas foi reduzido de R\$ 15 bilhões para R\$ 13,3 bilhões. (Reuters) %

"Optar por juros artificialmente mais baixos sem ter a âncora fiscal é equivalente a produzir um ajuste via **inflação** no médio prazo"

Roberto Campos Roberto Campos

Site:

<https://publisher.diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-02-10-2024/>

# Os impactos do conflito na economia global

A escalada do conflito no Oriente Médio pode trazer sérios impactos econômicos para o mundo. Ontem, após o ataque do Irã, os preços do barril de petróleo sofreram impacto imediato, com alta de 5%. O reflexo no mercado global de petróleo é uma preocupação central, uma vez que o Irã é um grande produtor e qualquer conflito pode afetar sua produção e distribuição. A relação entre Irã e China é crucial nesse contexto, já que a China é um dos principais importadores de petróleo iraniano.

Segundo o economista Sandro Prado, a escalada do conflito pode trazer algumas consequências para a economia brasileira, como o impacto no preço dos combustíveis, aumento da **inflação** e da taxa de juros Selic, além de efeitos no agronegócio e no aumento dos custos da energia e de produção industrial.

"O Brasil, apesar de ser um grande produtor de petróleo, depende de importações para suprir a demanda interna por derivados de petróleo. O aumento do preço do barril no mercado internacional, decorrente de uma escalada no conflito, tende a resultar em elevações no preço dos combustíveis no Brasil", enfatizou.

O economista e consultor Ed-gard Leonardo Lima, reitera que a alta dos combustíveis impacta a **inflação** brasileira de forma direta e indireta. "Diretamente, a gasolina possui grande peso no cálculo da **inflação** oficial do Brasil (IPCA). O aumento em seu preço reflete diretamente no índice. Indiretamente, o aumento do diesel afeta a cadeia logística, elevando o custo de transporte de produtos. Essa alta é repassada ao longo da cadeia, resultando no aumento dos preços de produtos em geral, principalmente alimentos e bebidas", alertou.

## Cautela

Para o cientista político, Antônio Henrique Lucena, a comunidade internacional, deve agir com cautela para tentar amenizar a situação. "Há uma pressão por parte dos Estados Unidos para evitar uma retaliação israelense, a China também pede moderação ao Irã e as coisas devem continuar dessa forma", observa Lucena.

## Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/pmgv/#p=1>

# Governo tem 32 políticas de apoio a novos negócios, mas fala pouco com setor

**Estevão Taiar De Brasília**

Um dos temas de maior destaque nestas eleições municipais, o empreendedorismo é contemplado pela União em pelo menos 32 políticas públicas ou iniciativas específicas. Mas, nos bastidores do governo federal, autoridades reconhecem a dificuldade em se comunicar com a parcela do eleitorado mais sensível a essa bandeira, uma vez que o foco tem sido abordar principalmente medidas voltadas à agenda macroeconômica.

O levantamento foi realizado pelo Valor com base em informações divulgadas pela Presidência da República, ministérios e bancos públicos. Foram consideradas políticas públicas sem data para acabar e voltadas exclusivamente para empreendedores ou micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). A lista é ampla e inclui regimes tributários específicos, linhas de crédito e ferramentas virtuais. E ela passa por vários ministérios, embora hoje tenha como ponto focal o Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Memp). É o que mostra esta reportagem, parte de uma série iniciada pelo Valor no dia 24 de setembro.

Até setembro do ano passado, essa estrutura funcionava como uma secretaria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Em meio a uma **reforma ministerial** para ampliar a base do governo federal no Congresso, ela acabou transformada em uma pasta e desde então é comandado por Márcio França - antes ele era titular do Ministério de Portos e Aeroportos, hoje ocupado por Silvio Costa Filho (Republicanos).

Ou seja, mesmo com a criação no ano passado da pasta, a grande maioria das iniciativas, incluindo as mais importantes, já estava em vigor antes do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na mensagem presidencial enviada para o Congresso Nacional no início deste ano, as políticas do Memp ocupavam 3 das 330

páginas. O governo federal afirmava, por exemplo, que estava "empenhado em impulsionar o desenvolvimento econômico por meio de políticas públicas abrangentes e estratégias voltadas aos empreendedores brasileiros". Um dos destaques

mencionados era a Política Nacional de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), que tem o objetivo de "alinhar e assessorar os programas e projetos conduzidos por várias entidades e órgãos governamentais" a fim de "promover a liberdade de empreender, aumentar a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento sustentável". A proposta foi criada por lei em 2006 e instituída formalmente por meio de decreto em abril deste ano.

A mensagem presidencial estabeleceu três prioridades para 2024, sendo uma delas a própria "efetiva implementação" da Política Nacional das MPEs. As outras eram a criação de uma "estratégia" que facilite a transição do microempreendedor individual (MEI) para a microempresa (ME); e medidas voltadas para o artesanato, como "ampliação dos canais de comercialização, programa de acesso a crédito, rede de agentes capacitadores e reestruturação" do sistema de informações cadastrais do setor.

Outra política de destaque é o Simples, regime tributário simplificado criado em 2007 para empresas que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano. Mas, conforme publicado pelo Valor em setembro, o regime entrou na mira das revisões de gastos que o governo federal pretende realizar em 2025. A avaliação é que o Simples muitas vezes inibe o crescimento de empresas e, conseqüentemente, prejudica o crescimento da produtividade da economia como um todo. De acordo com a **Receita Federal**, a categoria de "outras" desonerações, nas quais entra o Simples, levou o governo federal a renunciar a R\$ 76,2 bilhões entre janeiro e agosto deste ano.

O crédito bancário também é uma das principais vertentes. Um exemplo é o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), voltado para garantias bancárias. O programa, que resulta em condições mais vantajosas de carência por exemplo, foi criado de maneira a princípio temporária durante a pandemia, mas acabou se tornando permanente. Também entram na conta linhas como o Crediamigo, programa de microcrédito orientado oferecido pelo Banco do Nordeste (BNB), ou o Giro-Caixa Fácil, que oferece empréstimos de até R\$ 10 mil.

No domingo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou que oferecerá

R\$ 100 bilhões em crédito para MEIs e MPMEs por meio do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), também criado na pandemia e que facilita a concessão de garantias. De acordo com o BNDES, a estimativa é que o montante resulte em mais de 200 mil operações nos próximos 12 meses, sem impactos fiscais para a União.

Com o aumento do acesso ao crédito, um ponto de atenção do Executivo tem sido a inadimplência desse segmento.

Números do Banco Central (BC) levantados pelo Valor mostram, no entanto, que a distância entre a inadimplência das MPMEs e das grandes empresas vem aumentando - ainda que historicamente o indicador seja maior para o primeiro grupo do que para o segundo. Em agosto, a inadimplência das MPMEs estava em 4,48%, enquanto no caso das grandes empresas o indicador era de apenas 0,22%. Para atacar esse problema, o governo lançou o programa Acredita - conjunto de propostas voltado, entre outros, para MEIs e MPMEs.

Em outra frente, nos bastidores do governo federal se avalia que a equipe econômica vem conseguindo melhorar o ambiente de negócios, beneficiando empresas de menor porte ou quem pretender abrir o próprio negócio. Mas ainda não conseguiu neutralizar todas as críticas de adversários de partidos de direita, ainda que a figura jurídica do MEI tenha sido criada no segundo mandato de Lula, em 2008. O MEI é uma das principais políticas em vigor para o segmento, ao trazer uma série de benefícios, como tributação reduzida e acesso a linhas de créditos específicas, para pessoas físicas que ganhem até R\$ 81 mil anuais.

"O governo federal tem buscado ampliar o crédito em geral, e empreendedores e MPMEs são alguns desses focos", diz Nicola Tingas, economista-chefe da Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi). Ele cita medidas como o Pronampe, mas também o ProCred 360, linha que oferece taxas de juros menores do que as normalmente praticadas e condições de prazos mais vantajosas, e o Desenrola Pequenos Negócios, programa de renegociação de dívidas bancárias e que permite que as empresas voltem a contratar empréstimos.

Algumas delas, no entanto, foram implantadas por meio de medida provisória (MP) que perdeu a validade em agosto. O projeto de lei que restabelece essas medidas foi aprovado pelo Congresso neste mês, mas ainda aguarda sanção presidencial, o que significa que elas não estão em vigor até lá. Números mais recentes do BC levantados pelo Valor mostram que o

crescimento acumulado em 12 meses do estoque do crédito bancário foi semelhante para pessoas jurídicas como um todo (alta de 5,8%) e para MPMEs (5,7%).

Há ainda iniciativas mais específicas, como: BNDES Garagem, que oferece consultoria a "start-ups em estágio inicial ou de crescimento", e Área de Recomendações Inteligentes (ARI) do Banco do Brasil (BB), ferramenta de inteligência artificial que auxilia as empresas menores em questões como fluxo de caixa e análises financeiras.

Diretor técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Bruno Quick, dá nota 7 para o conjunto de políticas públicas federais. "Não estamos mal", diz, embora defenda uma série de aprimoramentos. Entre eles, estão a criação de um programa "vigoroso" de qualificação profissional nas áreas de tecnologia da informação e comunicações (TIC) e inteligência artificial e a expansão do programa Brasil Mais Produtivo, criado pelo Mdic, "para além da indústria".

Economista da Tendências Consultoria, Thiago Xavier destaca a importância de as políticas públicas considerarem "os determinantes que levaram as pessoas a entrarem no empreendedorismo", uma frente em que o Brasil ainda tem um espaço "grande" para avançar. Um dos principais debates envolve se a entrada no empreendedorismo foi por necessidade ou escolha.

"Os perfis, as habilidades, os históricos profissionais e os desejos são muito diferentes", afirma ele, mestre em economia pelo Insper, com tese a respeito dos impactos do Auxílio Emergencial sobre a oferta de trabalho dos entregadores por aplicativo durante a pandemia.

A partir desse diagnóstico, seria possível desenhar programas mais adequados. No caso do Brasil, a "política de cobertura social do trabalho", por exemplo, formada por seguro-desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e abono salarial, "ainda é muito ligada à visão de emprego formal". (Colaborou Fernando Exman)

Em parceria com:

"Nós não estamos mal [sobre as políticas públicas para o setor]" Bruno Quick

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188001?page=1&section=1>

# FGTS: entenda se vale usar o fundo para quitar dívidas, e saiba riscos e cuidados para o trabalhador

Por **Isabela Bolzani, g1**

Os trabalhadores que tiverem dívidas em aberto podem utilizar parte dos recursos de sua conta no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) para honrar seus compromissos. Segundo especialistas, no entanto, é preciso cautela e planejamento financeiro para evitar novos débitos.

Além da possibilidade de usar recursos do fundo para amortizar ou liquidar o pagamento de prestações (entenda mais abaixo), o trabalhador também pode optar por retirar uma parte do saldo disponível em sua conta no **FGTS** por meio do **saque-aniversário**.

Entenda nesta reportagem:

Em quais casos o trabalhador pode sacar recursos do **FGTS**? Vale a pena usar os recursos do **FGTS** para quitar dívidas? Como saber se sacar os recursos para quitar dívidas é a melhor opção? Há algum risco para o trabalhador? Quais os cuidados necessários antes de optar por usar o **FGTS** para quitar dívidas?

Em quais casos o trabalhador pode sacar recursos do **FGTS**?

Segundo a Caixa Econômica Federal, o **FGTS** só pode ser sacado nas seguintes ocorrências:

na demissão, feita pelo empregador, sem justa causa; na rescisão por acordo, estipulado pela lei nº 13.467, trazida pela reforma trabalhista, em 2017; no término do contrato por prazo determinado; na extinção total ou parcial da empresa, ou supressão de parte de suas atividades; nos casos de falecimento do empregador (individual ou doméstico) ou no caso de falência da empresa que deve guardar nexos causal, ou seja, uma correlação entre a data do afastamento e a data da sua decretação pelo juízo competente; no caso de anulação do contrato de trabalho por infringência do dispositivo constitucional, quando mantido o direito ao salário do trabalhador; na rescisão do contrato por culpa recíproca ou força maior; na aposentadoria; no caso de necessidade pessoal, urgente e grave, decorrente de desastre natural que tenha atingido a área de residência do trabalhador e

quando a situação de emergência ou o estado de calamidade pública for reconhecido pelo Governo Federal; na suspensão do trabalho avulso; no falecimento do trabalhador; quando o titular da conta tiver 70 anos ou mais; quando o trabalhador ou seu dependente for portador do vírus HIV; quando o trabalhador ou seu dependente estiver acometido de neoplasia maligna - câncer; quando o trabalhador ou seu dependente estiver em estágio terminal, em razão de doença grave; quando a conta permanecer sem depósito por três anos ininterruptos; na amortização, liquidação de saldo devedor e pagamento de parte das prestações adquiridas em sistemas imobiliários de consórcio; na aquisição de órtese e/ou prótese não relacionadas ao ato cirúrgico e constantes na Tabela de Órtese, Prótese e Meios Auxiliares de Locomoção - OPM, do Sistema Único de Saúde - SUS, para promoção de acessibilidade e inclusão social.

Além disso, o trabalhador também pode realizar o saque de parte do saldo de sua conta do **FGTS** anualmente, no mês de seu aniversário. Para isso, ele precisará acessar o fundo por meio do aplicativo ou pelo internet banking, fazer login e selecionar a opção **Saque-Aniversário**.

Nessa modalidade, o valor do saque é determinado pela aplicação de uma alíquota, que varia de 5% a 50% sobre a soma de todos os saldos das contas do **FGTS** do trabalhador, mais uma parcela adicional.

Então, se o trabalhador tiver R\$ 1 mil na conta do **FGTS**, ele pode receber R\$ 400 no **saque-aniversário** (alíquota de 40%), acrescido de uma parcela adicional de R\$ 50. Nesse caso, o total que pode ser sacado anualmente é de R\$ 450.

As alíquotas e a parcela adicional variam conforme o saldo.

Veja na tabela abaixo:

Outra opção é o Saque-Rescisão, que é uma sistemática em que o trabalhador, quando demitido sem justa causa, consegue sacar integralmente o saldo em sua conta no **FGTS**, incluindo a multa rescisória, quando devida. Essa é a modalidade

padrão em que o trabalhador entra no **FGTS**.

??ATENÇÃO: O trabalhador só consegue escolher uma dessas duas modalidades. Ou seja, se tiver optado pelo **saque-aniversário**, não conseguirá sacar todo o saldo de sua conta caso seja demitido - podendo retirar apenas a multa rescisória - e vice-versa.

Veja aqui a lista de documentos necessários para conseguir sacar os recursos do **FGTS**

Vale a pena usar os recursos do **FGTS** para quitar dívidas?

Segundo especialistas consultados pelo g1, apesar de poder ser uma estratégia interessante, o uso do **FGTS** para quitar dívidas depende de uma série de fatores para valer a pena. O principal fator, afirmam, diz respeito às taxas de juros que o trabalhador estiver pagando em eventuais dívidas.

O **FGTS** é uma reserva financeira que o trabalhador pode acessar em situações específicas. Em momentos de aperto financeiro, quando as dívidas acumulam juros altos, como no caso de cartão de crédito ou cheque especial, pode ser vantajoso utilizar esse recurso para eliminar esses débitos, afirmou a sócia da HCI Invest Wanessa Guimarães.

De acordo com a especialista, quitar esse tipo de débito pode ajudar o trabalhador a evitar que essa dívida continue a crescer, podendo gerar uma economia significativa no longo prazo. Para Guimarães, os principais benefícios são:

Eliminação de juros: ao quitar uma dívida com o **FGTS**, o trabalhador deixa de pagar juros, o que pode gerar uma economia significativa a longo prazo; Recuperação do crédito: a quitação de dívidas permite que o trabalhador limpe seu nome e tenha acesso a novas linhas e financiamentos; Organização financeira: ao quitar uma dívida, o trabalhador pode conseguir organizar suas finanças com mais facilidade e evitar o acúmulo de novas dívidas.

Os especialistas alertam, no entanto, que essa não é uma operação livre de riscos (entenda mais abaixo) e é preciso de planejamento financeiro para evitar problemas futuros.

Como saber se sacar os recursos para quitar dívidas é a melhor opção?

Além de fazer uma análise detalhada das suas dívidas - colocando na ponta do lápis quais são, os juros que cada uma carrega e o total devido -, o trabalhador também pode precisar fazer um balanço do seu

orçamento mensal para entender se sacar seus recursos do **FGTS** é, realmente, uma boa ideia.

Segundo a gerente de cobrança digital da Recovery, Camila Poltronieri Flaquer, esse balanço deve conter o quanto o trabalhador ganha e o quanto gasta mensalmente. Além disso, ele também precisará avaliar se é possível economizar algum valor por mês para começar a renegociar suas dívidas ou fazer algo para ter uma renda extra.

Se os juros forem muito altos e ele não vê outra saída, usar o **FGTS** pode ser uma boa opção para se ver livre de dívidas e recomeçar. No entanto, é essencial ter um plano financeiro para evitar cair em novas dívidas, afirmou a executiva.

Além disso, as especialistas ainda reforçam que o trabalhador precisa também pensar no longo prazo, uma vez que fazer o saque dos recursos pode implicar em um saldo menor na conta do fundo para uma eventual emergência ou planos futuros.

O **FGTS** é uma espécie de colchão financeiro, e é importante avaliar se sacar os recursos para quitar dívidas é mesmo a melhor opção. É preciso considerar qual o saldo atual do **FGTS**, as opções de saques disponíveis e as possíveis necessidades futuras de usar o fundo para outros fins, como a compra de um imóvel, completou Flaquer.

Há algum risco para o trabalhador?

Além de possivelmente reduzir o saldo do **FGTS**, as especialistas alertam que fazer saques também podem deixar o trabalhador desprotegido no futuro.

Um dos riscos para o trabalhador é utilizar os recursos agora e não ter recursos suficientes para a sua aposentadoria, por exemplo. No caso de optar pelo **saque-aniversário**, também não poderá resgatar o saldo do **FGTS** se for mandado embora sem justa causa, alertou a planejadora financeira certificada pela Planejar Leticia Camargo.

Outro ponto é que, caso o trabalhador use o saldo do **FGTS** para quitar dívidas, mas não consiga reorganizar as finanças, o padrão tende a se repetir.

Se a dívida for causada por um comportamento financeiro descontrolado, há o risco de que, mesmo após a quitação, o problema persista e novas dívidas sejam acumuladas, sem que o trabalhador tenha mais essa reserva para recorrer, disse Guimarães, da HCI Invest.

Quais os cuidados necessários antes de optar por usar o **FGTS** para quitar dívidas?

As especialistas consultadas pelo g1 também juntaram uma série de dicas sobre os cuidados necessários ao trabalhador, antes de optar em sacar os recursos do **FGTS**.

Veja abaixo.

??Organize o orçamento e faça um balanço de suas finanças. Colocar as contas e os ganhos na ponta do lápis, e listar todas as dívidas inadimplentes ou em aberto pode ajudar o trabalhador a ter um panorama fiel da sua saúde financeira e a identificar possíveis saídas para quitar as dívidas e reorganizar as finanças.

??Avalie alternativas e tenha um planejamento financeiro. Um passo importante nesse processo é entender que sacar os recursos do **FGTS** podem deixar o trabalhador desprotegido no futuro ou sem dinheiro para uma eventual emergência ou planos futuros, como a compra de um imóvel, por exemplo.

?? Identifique os juros de suas dívidas e avalie se esse débito realmente justifica o uso do **FGTS**. Se após uma avaliação financeira criteriosa o trabalhador chegar à conclusão de que será necessário sacar os recursos do **FGTS**, a dica é dar preferência aos débitos que têm taxas altas - como os do cartão de crédito ou do cheque especial, por exemplo - para evitar que essa dívida vire uma bola de neve.

??Identifique as dívidas e renegocie com seus credores. Parte importante da reorganização financeira também passa por listar todos os débitos - já inadimplentes ou ainda em aberto. Com isso em mãos e com o orçamento organizado, a dica é entender quanto é possível separar por mês para pagar as dívidas e procurar os credores para tentar uma renegociação, visando parcelas mais brandas e que caibam no bolso.

??Se necessário, busque uma renda extra. Manter as contas em dia é um grande desafio para muitos brasileiros, mas é importante saber recomeçar ou buscar alternativas quando preciso. Faça uma análise da situação financeira geral, identifique a causa do endividamento e planeje medidas para evitar que o problema se repita.

??Mantenha uma reserva financeira. Outro passo importante na organização do orçamento é manter um colchão financeiro, que pode ajudar o trabalhador a se preparar para eventuais emergências. Segundo especialistas, o ideal é que essa reserva seja a soma de seis meses a um ano de despesas.

??Pesquise sobre o tema e se informe. Entender como

melhorar a saúde financeira é um passo importante para o trabalhador conseguir usar apenas parte dos recursos se necessário e ainda manter dinheiro na conta para o futuro. A internet pode ser uma aliada, com vários aplicativos, planilhas prontas e vídeos online.

**Site:**

**<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/10/02/fgts-entenda-se-vale-usar-o-fundo-para-quitar-dividas-e-saiba-riscos-e-cuidados-para-o-trabalhador.ghtml>**